Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Quinta-feira, 12 de setembro de 2024

EDIÇÃO
25.162

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

Em MG, transporte de passageiros sobre trilhos cresce 54%

PÁG. 5

Setor de serviços avança 0,9% em julho no Estado

PÁG. 4

Com fábrica na capital mineira, a Mate Couro registrou um crescimento de 20% no ano passado FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALISSON J SILVA

Mate Couro planeja dobrar a produção nos próximos 3 anos

Mate Couro completa hoje 77 anos. Com planta em Belo Horizonte, a fabricante de refrigerantes registrou crescimento de 20% em 2023. A expectativa é manter o índice de alta no desempenho tanto em produção quanto no faturamento. O principal objetivo é dobrar o volume atual nos próximos três anos. A empresa adquiriu alguns equipamentos novos, incluindo uma máquina de sopro. PÁG. 9

Carlos Viana afirma que a direita precisa superar o bolsonarismo e criar um grupo mais conectado com as camadas populares FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ISA CUNHA

Viana propõe a revisão do plano diretor da Capital

ENTREVISTA Belo Horizonte precisa de novo projeto de desenvolvimento, avalia o senador

Eleições 2024

Licenciado do cargo para disputar a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), o senador Carlos Viana (Podemos-MG) avalia que a capital mineira necessita de um novo projeto de desenvolvimento, principalmente na área da mobilidade urbana, um dos principais gargalos que comprometem a qualidade de vida. Em entrevista exclusiva ao Diário do Comércio, o candidato afirma que a direita precisa superar o bolsonarismo e criar um grupo mais conectado com as camadas populares.

Entre suas propostas para a recuperação econômica da Capital, Viana defende a revisão do plano diretor e a revitalização das áreas centrais, incluindo a implementação de equipamentos culturais e a ampliação dos convênios com os governos estadual e municipal, para atrair investimentos. PÁGS. 6 E 7

EDITORIAL

Três nomes brasileiros – Vale, Petrobras e Banco Itaú – aparecem na lista de 20 empresas que, no mundo, ofereceram a seus acionistas, num período de 25 anos, melhor rentabilidade. No grupo, as brasileiras ocuparam o 6º, o 13º e o 20º lugares, respectivamente, num *ranking* elaborado pelo Boston Consult Group a pedido do jornal "Valor Econômico", considerados ganhos realizados entre os anos de 1999 a 2023 de duas centenas de empresas de atuação global. Uma mineradora australiana – Fortescue –, que tem interesses no País, aparece em primeiro lugar, com retorno médio de 46% ao ano para seus acionistas. Sobre a mineradora Vale, o destaque brasileiro no *ranking*, cabe lembrar que a empresa nasceu em Minas Gerais, tendo crescido e se capitalizado para chegar à condição de maior mineradora de minério de ferro no planeta a partir da cidade de Itabira. PÁG. 2

ARTIGOS

PÁGINAS 2

MPMEs: avanços legislativos
(MARIA LUÍSA AGUIAR OLIVEIRA E FERNANDA CASAGRANDE STENGHEL)

Na França deu xadrez
(CESAR VANUCCI)

A Pilbara Minerals espera concluir a aquisição do Projeto de Lítio Salinas, no Norte de Minas, junto à LatinResources até dezembro FOTO: WASHINGTON ALVES / REUTERS

Pilbara Minerals quer investir quase R$ 1,8 bi em Minas

Para desenvolver o Projeto de Lítio Salinas, no Norte de Minas, a Pilbara Minerals pretende investir US$ 313 milhões (quase R$ 1,8 bilhão). A mineradora australiana apresentou uma proposta para a LatinResources, envolvendo troca de ações no valor de US$ 370 milhões (R$ 2 bilhões), para adquirir o futuro ativo. A expectativa é que a transação seja concluída até dezembro. As licenças prévia e de instalação do empreendimento devem ser concedidas ainda neste ano para que a implantação do complexo comece em janeiro de 2025. PÁG. 3

Com grande potencial hídrico, que estimula a irrigação, Buritizeiro, no Norte de Minas, tem clima e relevo favoráveis à agricultura FOTO: DIVULGAÇÃO / SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE BURITIZEIRO

Buritizeiro caminha para se transformar em um polo agrícola

Um novo polo agrícola está em processo de consolidação em Buritizeiro, no Norte de Minas. Com a quarta maior área do Estado, terras agricultáveis e um enorme potencial hídrico, que favorece a irrigação, o município vem atraindo investimentos e ampliando a produção de grãos. Buritizeiro já conta com 25 mil hectares irrigados, onde são cultivados soja, milho, feijão, arroz, algodão e trigo, e 40 mil hectares plantados com lavouras de sequeiro. O clima e relevo são apropriados para o desenvolvimento da atividade agrícola. PÁG. 8

DÓLAR DIA 11

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,6470	R$ 5,6480
TURISMO	R$ 5,6820	R$ 5,8620
PTAX (BC)	R$ 5,6381	R$ 5,6387

EURO DIA 11

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 6,2087	R$ 6,2099

OURO DIA 11

NOVA YORK (ONÇA-TROY) US$ 2.511,43
BM&F (g) R$ 450,89

TR dia 12	0,0744%
POUPANÇA dia 12	0,5748%
IPCA – IBGE julho	0,38%
IPCA – IPEAD julho	0,55%
IGP-M julho	0,61%

BOVESPA

OPINIÃO

MPMEs: avanços legislativos

Maria Luísa Aguiar Oliveira
Especialista da área contenciosa cível do escritório Finocchio & Ustra Sociedade de Advogados

Fernanda Casagrande Stenghel
Estagiária da área Cível do escritório Finocchio & Ustra Sociedade de Advogados

Como se sabe, as micro, pequenas e médias empresas favorecem a diversificação do mercado, a geração de empregos e o fomento ao empreendedorismo. Inclusive, diversas medidas legislativas já foram adotadas ao longo dos anos, visando justamente regulamentar a abordagem conferida a essas empresas e suas particularidades no âmbito jurídico.

Em 1999, foi criada a Lei nº 9.841, que instituiu o Estatuto da Microempresa e das Empresas de Pequeno Porte, dispondo sobre um tratamento jurídico diferenciado e mais simplificado para essas entidades, em comparação com as demais. Essa medida buscou incentivar a implementação das empresas no mercado brasileiro, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

Em 2006, foi implementada a Lei Complementar nº 123, que teve grande importância para alavancar esses empreendimentos, estabelecendo normas gerais para a regulamentação do tratamento simplificado previsto na Constituição Federal e em leis esparsas.

Além das prerrogativas nos campos administrativo, tributário e trabalhista, as empresas de pequeno e médio porte também possuem particularidades no âmbito civil.

Por exemplo, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que, para a concessão do benefício de justiça gratuita, basta que os microempreendedores individuais (MEI) e os empresários individuais declarem sua insuficiência financeira, sem necessidade de comprovar a impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais – exigência aplicada aos demais tipos de empresas.

Ainda, no que tange ao acesso à justiça, a Lei 9.099/95 prevê a possibilidade de os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte ingressarem com demandas nos Juizados Especiais Cíveis.

Estes são considerados instrumentos de democratização da Justiça, com princípios basilares de gratuidade, celeridade e simplicidade da linguagem e dos procedimentos jurídicos.

Em contrapartida aos benefícios, é importante, também, se atentar para os riscos a que esses tipos de empresas podem ser submetidos.

A título de exemplo, cita-se a confusão patrimonial entre a pessoa física e a firma individual. Como já entendido pelos Tribunais pátrios, em uma eventual ação judicial movida contra microempresa formada por empresário individual, para recuperação de crédito, não é necessário instaurar um incidente próprio para incluir o representante legal no polo passivo, pois os bens da pessoa física podem ser penhorados de forma direta, para satisfazer as dívidas da empresa.

Portanto, é inegável, até mesmo nas searas legislativa e judiciária, a importância das micro, pequenas e médias empresas, que contribuem significativamente para a economia brasileira. No entanto, é crucial considerar determinados aspectos e particularidades quando da constituição desse tipo de empresa, para garantir segurança jurídica e um bom funcionamento do empreendimento.

Na França deu xadrez

Cesar Vanucci
Jornalista (cantonius1@yahoo.com.br)

"O mundo não é obrigado a aguentar o vale tudo de Elon Musk". (Presidente Lula)

Pavel Durov, dirigente do Telegram, êmulo de Elon Musk nos domínios da comunicação digital, entendeu de desafiar as leis da França, tal qual vem fazendo com relação ao Brasil o dirigente do X. A consequência do inadmissível procedimento foi uma ordem judicial de prisão. Para evitar o desconforto de uma cela em xadrez de Paris, o dito cujo se viu forçado a desembolsar (em euros) a bagatela de 150 milhões de reais de modo a que a punição pudesse ser convertida em reclusão domiciliar, com a obrigação expressa de se apresentar duas vezes por semana ao juizado que acompanha o caso. Entre as vozes que se ergueram protestando contra a decisão do judiciário francês, alegando que a liberdade de expressão estava sendo violentada, duas delas chamaram de modo especial as atenções da mídia e observadores políticos. Adivinhem quem? Vladimir Putin, presidente da Rússia, e Elon Musk.

O Telegram, muito popular na Rússia, já teve sua ação suspensa no Brasil por descumprimento de dispositivos da nossa legislação. Foi flagrado, a exemplo do antigo Twitter, veiculando propaganda hostil aos valores democráticos, de conteúdos nazistas, racistas e fake news. A propósito, teve sua atuação suspensa noutros países, inclusive na Rússia, onde já voltou a operar normalmente.

Os fatos reportados conferem à momentosa questão dos abusos praticados por plataformas digitais, notadamente o X na atualidade brasileira, uma dimensão que extrapola a visão acanhada da minoria de políticos fundamentalistas engajados no esforço de propagar a errônea ideia de que o STF porta-se como algoz do santo e benemérito magnata Elon Musk...

Os países democráticos, desafiados pelas Big Techs vêm estabelecendo normas de regulamentação em suas operações.

> *"Entre as vozes que se ergueram protestando contra a decisão do judiciário francês, alegando que a liberdade de expressão estava sendo violentada, duas delas chamaram de modo especial as atenções da mídia e observadores políticos. Adivinhem quem? Vladimir Putin, presidente da Rússia, e Elon Musk"*

Cabe, agora, trazer ao conhecimento de quem ainda não sabe outras "proezas" dignas de nota perpetradas pelo cidadão mencionado. Nos Estados Unidos, onde vive, Musk aliou-se politicamente, no passado, com os democratas. No governo Barack Obama ganhou polpudos incentivos financeiros para expandir seus negócios. Trabalhou ativamente pela eleição de Joe Biden, contrapondo-se a Donald Tramp, a quem acusou de fascista. Sua militância como politiqueiro barato levou-o, mais recentemente, a "virar a casaca". Tornou-se aliado de Tramp na corrida presidencial, abrindo fogo cerrado, em sua plataforma digital, contra Kamala Harris e seu vice, Tim Walz, aos quais acusa de estarem a serviço do comunismo. Ainda outro dia, num arroubo retórico que suscitou, no meio jornalístico, questionamentos sobre sua saúde mental, andou dizendo que a candidata democrata à Casa Branca vem insuflando o STF e o ministro Alexandre de Moraes no imbróglio presentemente relatado nas manchetes.

É de irritante visibilidade o empenho do insolente magnata de interferir no processo político brasileiro..

EDITORIAL

Ganhadores e perdedores

Três nomes brasileiros – Vale, Petrobras e Banco Itaú – aparecem na lista de 20 empresas que, no mundo, ofereceram a seus acionistas, num período de 25 anos, melhor rentabilidade. No grupo, as brasileiras ocuparam o 6º, o 13º e o 20º lugares, respectivamente, num ranking elaborado pelo Boston Consult Group a pedido do jornal "Valor Econômico", considerados ganhos realizados entre os anos de 1999 a 2023 de duas centenas de empresas de atuação global.

Uma mineradora australiana – Fortescue –, que tem interesses no País, aparece em primeiro lugar, com retorno médio de 46% ao ano para seus acionistas, cabendo à Vale a 6ª posição, com rentabilidade média de 26% ao ano; a Petrobras em 13º com o chamado "rendimento total para o acionista", de 22% ao ano; e o Banco Itaú na vigésima posição como resultado de ganhos médios de 20% ao longo de 25 anos para seus acionistas. Conforme as avaliações, a posição da Vale foi conquistada por conta, principalmente, da maior demanda chinesa por minério de ferro e consequente alta de preços no início do século. Já a Petrobras alcançou destaque na lista por conta, segundo os analistas, de ganhos de eficiência nos últimos anos e maturação da exploração no pré-sal, enquanto o Banco Itaú teria se beneficiado da escalada dos juros durante a pandemia.

Sobre a mineradora Vale, o destaque brasileiro no ranking, cabe lembrar que a empresa nasceu em Minas Gerais, tendo crescido e se capitalizado para chegar à condição de maior mineradora de minério de ferro no planeta a partir da cidade de Itabira. Uma trajetória, percebe-se, que resultou em ganhos vultosos para os acionistas, notadamente a partir da transferência de seu controle em 1997 ao consórcio liderado pela CSN e Bradesco, sem contrapartida minimamente equivalente para o município e para o Estado. Na realidade, as feridas, ou os buracos, deixadas pela mineração ficam apenas mais visíveis ou mais expostas quando cotejados com números como os que acabam de ser expostos.

Uma relação injusta, perversamente desequilibrada, fazendo lembrar que a herança das atividades minerárias, e desde o período colonial, tem sido para Minas Gerais a miséria diante da qual não parecem existir alternativas verdadeiramente compensatórias. E o conhecimento da realidade, agora exposta de maneira a não permitir dúvidas, deveria ser impulso para mudança de atitude e tendo em conta, para além das perdas pretéritas, a possibilidade de ganhos equilibrados, justos, que poderão estar ao alcance da vontade e da determinação dos mineiros no novo ciclo de expansão que pode estar no horizonte do setor e somente assim se justificaria plenamente.

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick
Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES

Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL

Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)

assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte
nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:

Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À

ANJ Associação Nacional de Jornais

SINDIJORI Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto.

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

ECONOMIA

Pilbara Minerals vai investir R$ 1,8 bi no Vale do Lítio

INDÚSTRIA EXTRATIVA Companhia australiana comprou os ativos da Latin Resources no Norte de Minas por US$ 370 milhões

THYAGO HENRIQUE

A Pilbara Minerals planeja investir cerca de US$ 313 milhões (quase R$ 1,8 bilhão) para desenvolver o Projeto de Lítio Salinas, no Norte de Minas. A australiana fez uma oferta para a Latin Resources, envolvendo troca de ações no valor de cerca de US$ 370 milhões (R$ 2 bilhões), para adquirir o futuro ativo, e prevê concluir a transação até dezembro. Uma vez concluída, os investimentos serão divididos em duas fases: US$ 253 milhões na primeira e US$ 60 milhões na segunda.

Conforme previsto no cronograma da atual proprietária, as licenças prévia e de instalação do empreendimento devem ser concedidas ainda neste ano para que a construção seja iniciada em janeiro de 2025. A estimativa é que a primeira produção ocorra entre abril e junho de 2026.

Salinas promete trazer benefícios econômicos e sociais significativos para a região do Vale do Lítio. A expectativa é que o projeto possa criar aproximadamente mil empregos na etapa de obras e mais de 500 quando o ativo estiver operando, sendo a maior parte da mão de obra local.

O empreendimento tem potencial para se tornar uma das dez maiores operações mundiais de lítio de rocha dura em termos de produção. A base de recursos minerais dos depósitos da Latin no município mineiro é de classe global e possui 77,7 milhões de toneladas de espodumênio.

"Essa jurisdição de Minas Gerais é a melhor da América Latina e talvez do mundo", destacou o diretor-executivo da LatinResources, Chris Gale, em coletiva de imprensa, ontem, na Expo & Congresso Brasileiro de Mineração (Exposibram), em Belo Horizonte, para detalhar o acordo de venda de Salinas e os próximos passos da parceria estratégica.

"Cremos que, com o tempo, essa área de Minas Gerais poderá ser uma das maiores produtoras de lítio do mundo", reiterou o diretor executivo e CEO da Pilbara Minerals, Dale Henderson.

Segundo o executivo, além da qualidade e do potencial promissor de Salinas, as razões para o interesse da companhia em comprá-lo foram o Brasil ser um dos principais países mineradores, o potencial de minerais críticos do País e do Estado e o fato de a Latin ter desenvolvido o projeto. De acordo com ele, a empresa chegou a avaliar mais de 100 projetos em todos os continentes.

Novas aquisições no Brasil - A Pilbara é a maior produtora independente de lítio rocha dura do mundo. Conforme Henderson, estima-se que, em 2023, 8% da produção de lítio global foi realizada pela empresa. A companhia planeja aproveitar essa experiência para otimizar Salinas caso se torne proprietária do projeto.

Se a transação for bem-sucedida, será o primeiro investimento internacional da mineradora australiana, mas o CEO não descarta novas aquisições no Brasil. Segundo ele, o foco do momento está em concluir a aquisição, porém, outras oportunidades serão estudadas, já que o grupo crê em um desenvolvimento sem precedentes na região a partir do futuro ativo.

> **"Cremos que, com o tempo, essa área de Minas Gerais poderá ser uma das maiores produtoras de lítio do mundo"**
> Dale Henderson

Pilbara é a maior produtora independente de lítio em rocha dura no planeta FOTO: DIVULGAÇÃO / PILBARA

Sigma - A Sigma Lithium, uma das produtoras do Vale do Lítio, é um espelho para a Pilbara no que diz respeito à expectativa de desenvolver Salinas dentro de um prazo preestabelecido. Aos jornalistas, Henderson destacou a agilidade com que o empreendimento Grota do Cirilo, situado entre Araçuaí e Itinga, foi desenvolvido, com o apoio da comunidade e dos governos.

Questionado se os atuais preços do lítio, bem abaixo na comparação com cotações de anos anteriores, podem afetar de algum modo as intenções de investimentos da Pilbara Minerals, o CEO afirmou que aportes específicos podem ser alterados, mas que não influi na intenção de adquirir Salinas.

Na avaliação do executivo, a cotação, hoje na casa dos US$ 700 a tonelada, segundo ele, pode subir para R$ 1.500/t no longo prazo, embora os valores sejam imprevisíveis.

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal

Acesse também através do QR CODE ao lado.

Mineração na Serra do Curral em debate

JULIANA SODRÉ

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia de Minas Gerais realizou ontem uma audiência pública para questionar, mais uma vez, as atividades da Empresa de Mineração Pau Branco (Empabra) na Mina Granja Corumi, localizada na Serra do Curral, em Belo Horizonte.

Representantes do Legislativo e ambientalistas questionam que atividades de operação de lavra, retirada de minério fino e transporte do mineral estão sendo realizadas sem o devido licenciamento ambiental e em desacordo com as tratativas legais vigentes.

Desde que a empresa recebeu, em novembro de 2023, autorização na Justiça para recuperação da área, que visava, em especial, a realização de obras emergenciais com vistas a evitar deslizamentos, vazamentos e outros problemas no período chuvoso, instituições públicas, ambientalistas e sociedade civil travam uma batalha judicial.

Em julho deste ano, a Justiça Federal autorizou o retorno das operações.

A decisão atendeu a uma ação da própria Empabra, que solicitava a tutela antecipada de urgência para continuar com as implementações de medidas emergenciais acordadas entre a Agência Nacional de Mineração (ANM) e a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam).

Entretanto, ambientalistas do Fórum Permanente São Francisco levaram à audiência imagens que mostram supostas explorações minerárias na região. "Se a Empabra tivesse algum interesse ou compromisso com a recuperação ambiental, a vegetação e o afloramento do lençol freático registrados nos relatórios da própria empresa estariam aí até hoje", comentou o ambientalista Euler de Carvalho Cruz, mostrando imagens de 2012 e imagens de 10 anos depois.

Com isso, Cruz sugere que a ANM cancele o que ele chama de "direito minerário" pelo não cumprimento de várias questões legais e que a Empabra pague uma terceira empresa para fazer a recuperação da área. "Essa empresa não tem a mínima capacidade de fazer a recuperação que já deveria ter sido feita", alegou.

"É muito claro pelas imagens e por todas as informações que temos que o que está sendo feito ali é a extração ilegal e criminosa de minério de ferro", comentou a deputada estadual Bella Gonçalves (Psol), propositora da audiência.

O representante da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) que estava presente na audiência, Roberto Junio Gomes, corrobora a visão do ambientalista e alega que a instituição possui as denúncias documentadas dentro dos processos, mas que "esse caso extrapola muito mais a nossa capacidade como Secretaria Estadual do Meio Ambiente", disse.

A ANM e a Empabra foram procuradas pela reportagem, mas não se posicionaram.

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 24/09/2024, às 11:00hs / 2º Público Leilão: 25/09/2024, às 11:00hs

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob n° 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Casa nº 121 da rua Raul Pompeia, Belo Horizonte/MG, com todas as suas instalações, benfeitorias e pertences, e seu respectivo terreno, com a área de 171,00m². Imóvel objeto da Matrícula CNM: 041707.2.0011512-76 trasladada da Matrícula nº 11.512 do 4º Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte/MG. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 1.756.692,37 (um milhão, setecentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e trinta e sete centavos); 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 1.166.887,26 (um milhão, cento e sessenta e seis mil, oitocentos e oitenta e sete reais e vinte e seis centavos)**. O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará, também à vista, com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, responsabilizando-se, ainda, por todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Ficam os Fiduciantes: FABRICA DE ROUPAS SABA LTDA, CNPJ: 17.161.423/0001-96, rua Horta Barbosa, 466, bairro Renascença, Belo Horizonte/MG, CEP: 31140-260. REPRESENTANTES LEGAIS: VICTOR DE ALMEIDA SABA, brasileiro, administrador, solteiro, nascido em 29/04/1967, RG: M3474017 SSP/MG, CPF: 761.937.306-30, e ADRIANA DE ALMEIDA SABA, brasileira, administradora, solteira, nascida em 03/01/1966, RG: M-3.355.683 SSP/MG, CPF: 739.994.31687 residentes e domiciliados à Rua Américo Werneck, 705, bairro Mangabeiras, Belo Horizonte/MG, CEP: 30210-370, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE CARGAS E PASSAGEIROS COTRACAP
CNPJ: 34.286.494/0001-34

EDITAL DE 1º, 2º E 3º CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA EEXTRAORDINÁRIA

O Tesoureiro – Sr. Sr. Wellington Bento de Oliveira da COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE CARGAS E PASSAGEIROS – COTRACAP, com sede na Av. Coronel Jove Soares Nogueira, 794, Bairro Inconfidentes, Contagem, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 34.286.494/0001-34, no uso das atribuições que lhe confere os arts. 21§ 1º - 46 - 49 do Estatuto Social, com a renúncia do Presidente o Sr. ED Fernandes Alves e o Secretário o Sr. Rogerio Lucio Soares Oliveira , convoca os Senhores(as) Associados, que nesta data somam 20 (vinte), em pleno gozo de seus direitos sociais para se reunirem em ASSEMBLÉIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINÁRIA (AGOE), que realizar-se-á em 25/09/ 2024 (vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e quatro – quarta feira), em sua sede social às 08 horas(oito horas) em primeira convocação – com presença de 2/3 (dois terços) do número de associados, em segunda convocação às 09 horas (nove horas), coma presença de metade mais um dos associados, ou às 10 horas(dez horas), em terceira e última convocação, com a presença de no mínimo 10(dez) associados, cuja deliberação devem obedecer à seguinte: **ORDEM DO DIA AGO** 1) Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhado do parecer do conselho fiscal; 2) Eleição e posse dos componentes dos órgãos sociais: Diretoria e do Conselho Fiscal; 3) Quaisquer assuntos de interesse geral. **PAUTA DA AGE** 1) Reforma e consolidação do Estatuto Social, visando atender as demandas do mercado; 2) Alteração do seu objeto social com a inclusão da 7732/01 Aluguel de maquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; 6440-9/00 Arrendamento mercantil de maquinas e equipamentos para a construção e engenharia civil; 7732-2/02 – Aluguel de andaimes e plataforma de trabalho, sem montagem e desmontagem; 4399-1/04 Serviço de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras; 7732-2/01 Aluguel de maquinas e equipamentos para construção sem operador; 7723-2/02 Aluguel de andaimes e plataformas de trabalho sem montagem e desmontagem; 7719-5/99 Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor; 4923-0/02 Locação de automóveis com motorista ou condutor; 4929-9/01 Transporte coletivo de passageiros sob regime de fretamento municipal; 4929-9/02 Transporte coletivo de passageiros sob regime de fretamento intermunicipal, interestadual e internacional; 49.3 Locação de caminhões para movimentação de cargas com operador; 52121-5/00 locação de caminhões para movimentação de carga com operador; 6440-9/00 Arrendamento mercantil de qualquer meio de transporte terrestre inclusive de automóveis sem motorista ou condutor; 7711-0/00 locação de automóveis sem motorista ou condutor; 7721-7/00 Aluguel de bicicletas; 7721-7/00 Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos; 7739-0/99 Aluguel de outras maquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; 7731-4/00 Aluguel de maquinas e equipamentos agrícolas sem operador; 7732-2/01 Aluguel de maquinas e equipamentos para construção sem operador; 7733-1/00 Aluguel de maquinas para escritórios.

Contagem MG, 09 de setembro de 2024
Tesoureiro – Sr. Sr. Wellington Bento de Oliveira

Comarca De Belo Horizonte/mg. 1ª Vara Empresarial. Processo Nº 5146770-59.2023.8.13.0024 (PJE). Ação De Pedido De Falência. Autor: Banco Fibra S/A REU: ENDETEC ENSAIOS NAO DESTRUTIVOS TECNICOS LTDA CNPJ: 09.556.040/0001-99. PRAZO DE TRINTA (30) DIAS. A Drª Cláudia Helena Batista, MMª. Juíza de Direito, da 1ª Vara Empresarial, em exercício de seu cargo, na forma da lei, etc.. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi requerida a presente ação, ficando, através deste edital, a requerida, empresa ENDETEC ENSAIOS NAO DESTRUTIVOS TECNICOS LTDA - CNPJ: 09.556.040/0001-99, com sede na RUA GENTIL PORTUGAL DO BRASIL, nº 20, bairro Camargos, Belo Horizonte/MG, CEP - 30520-540, que está em lugar incerto e não sabido, CITADA, por seu representante legal, para, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 98, da Lei 11.101/2005, apresentar defesa ou, em igual prazo, caso queira depositar o valor correspondente ao total do crédito, acrescido de correção monetária, juros e honorários advocatícios. Em caso de elisão (parágrafo único do art. 98 da Lei 11.101/05), fixa os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, em conformidade com o artigo 85, §2º, do Código de Processo Civil e Súmula 29 do STJ. Fica, ainda, a requerida intimada para manifestar o interesse na designação de audiência de conciliação a ser designada para realização perante o CEJUSC, bem como advertida de que será nomeado curador especial em caso de revelia. E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente. B.Hte. 28/08/2024. K-12e13/09

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA

Aviso de **RETIFICAÇÃO** de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público que o **PREGÃO Nº 202/2024** foi retificado. **Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos da frota municipal. Julgamento: **MENOR PREÇO.** O edital retificado e seus anexos estão disponíveis a partir de 12/09/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 27/09/2024 às 8h30.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG
Aviso de Abertura de Licitação

Pregão Eletrônico nº 2011020.32/2024. Objeto: Registro de Preços para aquisição de **FIOS CIRÚRGICOS I,** sob a forma de entrega por demanda, futura e eventual. Data da sessão pública: 25/09/2024, às 09h00m (nove horas), horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico **www.compras.mg.gov.br.** O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras do estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. O edital poderá ser obtido nos sites **www.compras.mg.gov.br** ou **PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas.** Belo Horizonte, 11 de setembro de 2024. **Marci Moratti Cardoso Anselmo** – Gerente de Compras e Contratos do IPSEMG.

EDITAL. COMARCA DE BELO HORIZONTE - 3ª VARA CÍVEL. Edital de Citação - Prazo de 20 dias. O MM. Juiz de Direito Dr. Ronaldo Batista de Almeida, em pleno exercício do cargo e na forma da lei, etc... Faz saber aos que virem ou deste edital tiverem conhecimento, que perante este Juízo e Secretaria tramitam os autos do processo nº **5011324-89.2020.8.13.0024** - (OAB/MG77167), AÇÃO MONITÓRIA, que **BANCO DO BRASIL S/A**, inscrito no CNPJ sob o número: 00.000.000/0024-88, move contra o réu **FABRICIO BATISTA DIAS**, inscrito no CPF sob o número: 042.271.346-50. É o presente edital para CITAR o requerido FABRICIO BATISTA DIAS, inscrito no CPF sob o número: 042.271.346-50 que se encontra em local incerto e não sabido, nos termos da ação que tem por objeto a condenação do requerido ao pagamento do débito decorrente do inadimplemento relativo a Proposta/Contrato de Adesão a Produtos e Serviços - Pessoa Física, Conta Corrente 857.153-8, Agência 8619-3, celebrado em 25/06/2014 , cujo objeto foi a disponibilização ao Réu de crédito para a utilização de produto e do inadimplemento relativo ao contrato feito na data de 03/01/2019, via sistema de Auto Atendimento, de Crédito Direto ao Consumidor de número 911.276.721, a quantia no valor de R$ 46.260,35 (quarenta e seis mil duzentos e sessenta reais e trinta e cinco centavos), disponibilizada em conta corrente, gerando a obrigação de pagar o crédito concedido em 72 prestações mensais e sucessivas, para a este, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar ,o pagamento da importância, que em 02/04/2019, perfazia o importe de de R$ 80.031,71 (oitenta mil e trinta e um reais e setenta e um centavos), o qual deverá ser acrescido de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa, nos termos do art. 701 do CPC. Ciente de que, no mesmo prazo, poderá oferecer Embargos, por petição nos próprios autos, independente de penhora, caso em que fica suspensa a eficácia do mandado inicial. Não sendo opostos Embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo. Havendo pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias, da 1ª citação, ficará isenta de custas e honorários. Registre-se que, no mesmo prazo, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito de trinta por cento do débito, acrescido de custas judiciais e honorários advocatícios, a parte devedora poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (NCPC, art. 701, § 5º c/c art. 916). Fica o devedor citado para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias e ciente de que, em caso de revelia, ser-lhe-á nomeado curador especial (artigo 257, IV do NCPC). Para que chegue ao conhecimento os termos da ação, expediu-se o edital que será publicado no Diário Judiciário Eletrônico e em jornal de ampla circulação e afixado no átrio do Fórum. Belo Horizonte, 22 de janeiro de 2024.

ECONOMIA PARA TODOS

GUILHERME ALMEIDA

Especialista em Educação Financeira no Grupo Suno. Sócio-fundador da Certifiquei, possui experiência como economista, atuando na gestão e elaboração de pesquisas e análises socioeconômicas. Mestre em Estatística pela UFMG.

A Espada de Dâmocles

Recentemente, o presidente Lula confirmou sua intenção de nomear Gabriel Galípolo, atual diretor de Política Monetária do Banco Central, como o próximo presidente da instituição. Essa nomeação já vinha sendo especulada há algum tempo, sendo acompanhada de perto pelo mercado. A principal preocupação é que, sendo Galípolo um aliado ideológico do presidente, ele possa tomar decisões influenciadas por interesses políticos, especialmente no que diz respeito à taxa básica de juros. Esse cenário evoca o mito da Espada de Dâmocles, uma parábola que oferece uma metáfora para o cenário atual.

No mito, Dâmocles, um cortesão invejoso, descobre que o poder e o prestígio vêm acompanhados de uma constante ameaça, representada por uma espada suspensa sobre sua cabeça por um fio frágil. Essa imagem serve como um alerta para os riscos que cercam o poder. De forma semelhante, o cargo de presidente do Banco Central, embora envolto em prestígio e grande responsabilidade, traz consigo a pressão constante de tomar decisões que podem ter impactos profundos na economia do País.

A autonomia do Banco Central foi criada justamente para evitar que essa "espada" seja influenciada por interesses políticos de curto prazo, protegendo a instituição de pressões externas e garantindo que decisões importantes, como a definição da Selic, sejam baseadas em critérios técnicos e com foco no longo prazo. No entanto, a nomeação de alguém alinhado ao presidente pode tornar o fio que segura essa espada ainda mais frágil. O receio do mercado é que, ao tentar agradar seu aliado político, o novo presidente possa adotar medidas que favoreçam o governo no curto prazo, comprometendo a estabilidade econômica no futuro.

Essa tensão constante, entre agir de forma independente ou ceder à pressão política, é o dilema que o novo presidente do Banco Central enfrentará, assim como Dâmocles enfrentou ao perceber a espada acima de sua cabeça. A autonomia da instituição deve funcionar como um escudo, mas a proximidade ideológica entre o novo presidente e o presidente da República pode colocar essa autonomia à prova. A espada, nesse caso, não só simboliza o perigo iminente, mas também a responsabilidade de equilibrar as necessidades políticas com o bem-estar econômico da nação.

Assim como Dâmocles aprendeu que o poder não é apenas uma bênção, mas também uma carga perigosa, o novo presidente do Banco Central precisa reconhecer que cada decisão terá grandes consequências.Com base em sua trajetória até agora, acredito que Galípolo manterá uma postura técnica, focada no objetivo central da autoridade monetária, que é preservar o poder de compra da moeda, ao mesmo tempo em que busca suavizar as oscilações na atividade econômica e no emprego. A espada da responsabilidade estarásempre presente, e a maneira como ele lidarácom essa pressão determinará não apenas seu legado, mas também a estabilidade econômica do País. %

Setor de serviços volta a crescer em Minas

% IBGE Atividade registrou um dos melhores desempenhos da série histórica e acumula incremento de 3,3% entre janeiro e julho

LEONARDO MORAIS

Com um dos melhores desempenhos da série histórica, o setor de serviços segue avançando em Minas Gerais com alta de 0,9% em julho em relação ao mês anterior. Ao considerar os sete primeiros meses deste ano, o crescimento foi ainda maior (3,3%) com índices superiores à média nacional (1,8%).

Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No levantamento regional, os quatro estados do Sudeste apresentaram crescimento em julho: São Paulo (2,4%), Espírito Santo (1,9%), Minas Gerais (0,9%) e Rio de Janeiro (0,6%).

Os resultados positivos, segundo o analista do IBGE responsável pela pesquisa em Minas Gerais, Daniel Dutra, são fruto principalmente de uma economia aquecida, com destaque para a alta do Produto Interno Bruto (PIB), que desencadeou o crescimento de múltiplos setores, como o comércio e indústria.

Além do PIB, o analista destaca outras variáveis macroeconômicas como a inflação controlada e o aumento da renda do trabalhador como fatores de grande impacto.

Entre os setores em destaque, os serviços de informação e comunicação e os serviços prestados às famílias avançaram 11,7% e 8,9%, respectivamente, na comparação com julho do ano passado. "Além de apresentarem crescimento ao analisar a anualidade, são dois setores que acumulam três meses de indicadores bem positivos", avalia o analista.

Já os segmentos de serviços profissionais, administrativos e complementares (-1,6%) e outros serviços (-2,3%) apresentaram quedas acentuadas na comparação com o ano passado. Os dois setores mantêm uma tendência de baixa ao longo do ano, embora menores na comparação com os dados de junho, quando apresentaram retração de 4% e 9,4% respectivamente.

Expectativa - Para os próximos meses, Dutra pontua que a expectativa do setor de serviços em Minas Gerais é de continuidade no crescimento, devido às perspectivas positivas com relação à economia e aos bons resultados registrados durante o ano.

Nos últimos 6 meses, foram registradas cinco variações positivas e somente uma negativa, comprovando tendência de crescimento no setor no Estado.

Turismo - No caminho oposto ao da tendência nacional (-0,9%), Minas Gerais é um dos destaques positivos apontados na Pesquisa Mensal de Serviços para o setor de atividades turísticas. Em julho, o Estado registrou avanços de 2,1% apesar do aumento no preço das passagens áreas e do aluguel de veículos, que cresceram 19,39% e 6,93% respectivamente.

Para Dutra, o aumento é esperado em razão das férias escolares, assim como ocorre nos meses de dezembro e janeiro. "É um aumento relevante, conjugado com esse crescimento constante do setor de serviços em Minas Gerais", explica.

No contexto nacional, em 2024, as atividades turísticas demonstram expansão, com evolução de 1,3% em comparação com o mesmo período do ano anterior. A análise também destaca que o segmento de turismo está 6,8% acima do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 1,0% abaixo do ponto mais alto da série, alcançado em fevereiro de 2014. %

Mesmo com aumento das passagens aéreas, Turismo em Minas vem crescendo acima da média nacional neste ano FOTO: MARCUS DESIMONI / NITRO / BH AIRPORT

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal

Acesse também através do QR CODE ao lado.

Rio Glória Energética Ltda.

CNPJ/MF nº 08.375.785/0001-99 – NIRE 31.211.340.010

Ata de Reunião de Sócios realizada em 10 de junho de 2021

1. Data, Hora e Local: No dia 10 de junho de 2021, na sede social da Sociedade, situada na Rua Pasteur, nº 125, sala 03, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, CEP 36015-420, às 12:00 horas. **2. Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 1.072, § 2º do Código Civil e da Cláusula Nona, § 2º do Contrato Social, face à presença dos sócios representando a totalidade do capital social da **Rio Glória Energética Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Rua Pasteur, nº 125, sala 03, CEP 36015-420, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.375.785/0001-99, com seu Contrato Social devidamente registrado perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE: 3121134001-0 ("Sociedade"), a saber: **(i) Elera Renováveis S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Almirante Julio de Sá Bierrenbachm, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 2, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.808.298/0001-96, e devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.3.0032372-4; neste ato representada por seus Diretores, os Srs. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o no 861.403.379-68; e Fernando Mano da Silva, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade nº 50759188, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 690.436.121-20, ambos com endereço profissional na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, bairro Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028; e **(ii) Elera Renováveis Participações S.A.**, sociedade anônima, com sede na Avenida Almirante Julio de Sá Bierrenbachm, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 2, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.417.715/0001-19, e devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.3.0032372-4; neste ato representada por seus Diretores, os Srs. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o no 861.403.379-68; e Fernando Mano da Silva, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade nº 50759188, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 690.436.121-20, ambos com endereço profissional na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, bairro Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028. **3. Mesa:** Foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli e para secretariá-los o Sr. Guilherme Braga Lacerda. **4. Ordem do Dia: (i)** aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2020; **(ii)** deliberar sobre a Proposta da Administração para Destinação do Resultado do Exercício Social encerrado em 31.12.2020 (Anexo I); **(iii)** reeleger e eleger os diretores da Sociedade; **(iv)** fixar o valor da remuneração global anual dos Diretores; **(v)** reduzir o capital social da Companhia, nos termos do artigo Art. 1.082, II da Lei nº 10.406/02; e **(vi)** outros assuntos de interesse social. **5. Deliberações:** Os sócios, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: **5.1.** Após exame e discussões, aprovar integralmente, sem ressalvas ou restrições, nos termos do artigo 1.078 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002 e da Cláusula Oitava, inciso I do Contrato Social, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (Anexo II). **5.2.** Aprovar a Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (Anexo II) de **R$ 26.419.559,79** (vinte e seis milhões, quatrocentos e dezenove mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta e nove centavos), destinando **R$ 12.419.559,79** (doze milhões, quatrocentos e dezenove mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta e nove centavos), correspondente ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2020, ao **pagamento do lucro remanescente**. **5.2.1.** Aprovar, ainda, a destinação ao pagamento do lucro remanescente o montante adicional de **R$ 2.008.845,51** (dois milhões, oito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) correspondentes à realização da avaliação patrimonial, totalizando, assim, **R$ 14.428.405,30** (quatorze milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, quatrocentos e cinco reais e trinta centavos) o valor total destinado ao **pagamento do lucro remanescente. 5.2.2.** Registrar que não há lucro mínimo, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, a pagar, uma vez que os Diretores, em reunião ocorrida em 15 de dezembro de 2020, aprovaram o pagamento do montante de **R$ 14.000.000,00** (quatorze milhões de reais) aos quotistas, sendo que: (i) R$ 6.604.889,95 (seis milhões, seiscentos e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos) eram referentes ao lucro mínimo da Sociedade, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício; e (ii) R$ 7.395.110,05 (sete milhões, trezentos e noventa e cinco mil, cento e dez reais e cinco centavos) eram referentes a parte do lucro remanescente. **5.2.3.** Os lucros declarados no item 5.2. e 5.2.2., devem ser pagos aos sócios conforme a disponibilidade de caixa da Sociedade dentro do exercício social em curso; e na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Sócios	Qtde de Quotas	%	Lucros a distribuir (em R$)
Elera Renováveis S.A.	8.890.572	99,9999888	14.428.403,68
Elera Renováveis Participações S.A.	1	0,0000112	1,62
Total	**8.890.573**	**100**	**14.428.405,30**

5.2.4. Registrar que a sócia **Elera Renováveis Participações S.A**. manifestou sua renúncia à parcela dos lucros que lhe cabe em favor da sócia **Elera Renováveis S.A**. **5.3.** Para compor a Diretoria da Sociedade, **reeleger** os Srs: **(i) Flavio Martins Ribeiro**, brasileiro, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 7696206, expedida pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.898.606-00, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, bairro Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028, para ocupar o cargo de **Diretor Sem Designação Específica**; **(ii) Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 10.341.661-6, expedida pelo SSP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 071.000.747-70, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, bairro Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028, para o cargo de **Diretor Vice-Presidente**; e **(iii) Carlos Gustavo Nogari Andrioli**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o no 861.403.379-68, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, bairro Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028, para o cargo de **Diretor Presidente**, todos com prazo de gestão de até 01 (um) ano a contar da assinatura desta Reunião de Sócios, e em conformidade com a Cláusula Decima Primeira do Contrato Social. **5.3.1.** Os Diretores, ora eleitos, declaram que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. A formalização da referida eleição se dará mediante assinatura do termo de posse lavrado no livro de atas da administração, nos prazos e normas previstos no Artigo 1.062 do Código Civil e na Cláusula Décima Primeira, parágrafo segundo do Contrato Social. **5.4.** Fixar em R$ 12.000,00 (doze mil reais) a remuneração global dos membros da administração da Sociedade até a realização da Reunião de Sócios que apreciará as contas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. **5.5.** Os sócios quotistas discutiram e aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, a redução do capital social da Sociedade no valor de **R$ 3.890.000,00** (três milhões, oitocentos e noventa mil reais) nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil Brasileiro, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, com o consequente cancelamento de 3.890.000 (três milhões, oitocentas e noventa mil) quotas de emissão da Sociedade. **5.5.1.** Em virtude da deliberação 5.6 acima, o capital social da Sociedade será reduzido **de** R$ 8.890.573,00 (oito milhões, oitocentos e noventa mil, quinhentos e setenta e três reais) **para** R$ 5.000.573,00 (cinco milhões e quinhentos e setenta e três reais); e o número de quotas será reduzido **de** 8.890.573 (oito milhões, oitocentas e noventa mil, quinhentas e setenta e três) quotas **para** 5.000.573 (cinco milhões e quinhentas e setenta e três) quotas. **5.5.2.** Registrar que o valor da redução de capital da Sociedade acima aprovada será distribuído, em dinheiro, aos sócios quotistas, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Quotistas	Qtde de Quotas	%	Parcela da redução de capital (em R$)
Elera Renováveis S.A.	8.890.572	99,9999888	3.889.999,56
Elera Renováveis Participações S.A.	1	0,0000112	0,44
Total	8.890.573	100	3.890.000,00

5.5.3. Registrar que a sócia **Elera Renováveis Participações S.A**. manifestou sua renúncia à parcela da redução de capital que lhe cabe em favor da sócia **Elera Renováveis S.A**. **5.6.** Em razão da deliberação aprovada no item 5.1 acima, a cláusula 5ª do contrato social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte redação: *"**Cláusula 5ª –** O capital social, totalmente integralizado expresso em moeda corrente nacional, é de R$ 5.000.573,00 (cinco milhões e quinhentos e setenta e três reais), dividido em 5.000.573 (cinco milhões e quinhentos e setenta e três) quotas, com valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios: i. **Elera Renováveis S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 02.808.298/0001-96) possui 5.000.572 (cinco milhões e quinhentos e setenta e dois) quotas, no valor total R$ 5.000.572,00 (cinco milhões e quinhentos e setenta e dois reais); ii. **Elera Renováveis Participações S.A.** (CNPJ/MF sob o nº 09.417.715/0001-19) possui 01 (uma) quota, no valor total de R$ 1,00 (um real); **Parágrafo único**. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social."* **6. Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata. Juiz de Fora, MG, 10 de junho de 2021. Ass.: **Mesa**: **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – *Presidente;* **Guilherme Braga Lacerda** – *Secretário.* **Sócios Quotistas**: **Elera Renováveis S.A.** (Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Fernando Mano da Silva). **Elera Renováveis Participações S.A.** (Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Fernando Mano da Silva).

AVISO DE LICITAÇÃO

Ministério Público de Minas Gerais
Procuradoria-Geral de Justiça

Licitação no site www.compras.mg.gov.br
Número do planejamento: 142/ **Ano**: 2024
Processo SEI: 19.16.3913.0004338/2024-22
Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de CADEIRAS OPERACIONAIS, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Termo de Referência.
Modalidade: Pregão Eletrônico
Recebimento das propostas: até às **10 horas** do dia **26/09/2024.**
Início da disputa de preços: **às 10 horas** do dia **26/09/2024.**
Disposições Gerais: O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta e download no site www.mpmg.mp.br. Demais informações: Av. Álvares Cabral, 1740, 6º andar, BH/MG, de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18h ou pelos telefones: (31) 3330-8190 / 8233 / 9464, ou pelo e-mail dgcl@mpmg.mp.br.
Belo Horizonte, 11 de setembro de 2024.
Catarina Natalino Calixto
Diretora de Gestão de Compras e Licitações

Coopercon-MG

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
COOPERCON-MG – COOPERATIVA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CNPJ 26.658.405/0001-05

Pelo presente Edital, ficam convocados os cooperados da COOPERCON-MG a se fazerem presentes à Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 25 (vinte e cinco) de setembro de 2024 (quarta feira), às 09h em primeira chamada, e, não sendo cumprido o quórum, serão realizadas as segunda e terceira chamadas respectivamente às 10h e 11h, na sede social da Cooperativa, na Rua Marília de Dirceu, nº 226 – 3º Andar – Sala 01, Bairro Lourdes, CEP 30.170-090, Belo Horizonte – Minas Gerais, tendo como ordem do dia: I – Eleição dos Membros do Conselho de Administração (2024/2026) da COOPERCON-MG. Toda documentação a ser submetida à assembleia encontra-se a disposição de seus cooperados em sua sede, localizada à Rua Marília de Dirceu, 226 – 3º andar, Bairro de Lourdes, Belo Horizonte, MG. Para fins de cálculo do quórum de instalação da Assembléia, a COOPERCON-MG possui nesta data 78 associados. Poderão votar e ser votados somente os cooperados não impedidos, conforme relação afixada na sede da COOPERCON-MG.
Belo Horizonte, 12 de setembro de 2024. Jorge Luiz Oliveira de Almeida – Presidente.

COOPERATIVA DE APOIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CONSUMO DOS CONDUTORES DE VEICULOS E DETENTORES DE PATRIMONIO – COPA 190
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRA ORDINARIA

O Diretor Presidente da COOPERATIVA DE APOIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CONSUMO DOS CONDUTORES DE VEICULOS E DETENTORES DE PATRIMONIO – COPA 190, situada na Via Expressa de Contagem nº 2001, Bairro Água Branca, Contagem - MG, CEP 32.070-485, inscrita no CNPJ sob o nº 12.386.111/0001-67, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25 do Estatuto Social, convoca os Senhores cooperados, em pleno gozo se seus direitos sociais, para se reunirem em ASSEMBLÉIA GERAL EXTRA ORDINÁRIA (AGE), que acontecerá em conjunto com a ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA (AGO), a realizar-se-á em 24 de setembro de 2024, em sua sede social às 09:00 horas em primeira convocação - com a presença de no mínimo a metade de seus cooperados; em segunda convocação às 09:30 horas com a presença de 1/3 (um terço), ou às 10:00 horas, em terceira e última convocação com o número de cooperados presentes. Cujas deliberações devem obedecer à seguinte: a) Eleição e Posse do Conselho Fiscal e da Diretoria b) Reforma do Estatuto para atualização cadastral no objeto, endereço e razão social e nome fantasia c) Prestação de Contas. D) Outros assuntos de interesse.
Contagem, 11 de setembro de 2024.
ALEXANDRE RODRIGUES. Presidente.

CONSÓRCIO PÚBLICO PARA DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAOPEBA

PREGÃO ELETRÔNICO N° 02/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO N° 13/2024

Tendo em vista os levantamentos e apontamentos encaminhados ao CODAP pela Coordenadoria de Operacionalização de Trilhas Eletrônicas de Fiscalização (COTEF/SURICATO) do TCE/MG, que indicam a necessidade de uma análise mais detalhada de alguns pontos do edital de licitação, o CODAP torna pública a revogação de todos os atos praticados no procedimento licitatório em questão. O objeto do referido procedimento trata do Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na aquisição de veículos e equipamentos destinados a atender as necessidades do CODAP e dos municípios consorciados.

Transporte de passageiros sobre trilhos cresce 54% em MG

SETOR FERROVIÁRIO No primeiro semestre deste ano, 13,22 milhões de pessoas foram transportadas no território mineiro - crescimento de 4,65 milhões frente ao mesmo período de 2023

LEONARDO MORAIS

Impulsionado pela retomada pós-pandemia, o transporte de passageiros sobre trilhos cresceu 54% em Minas Gerais, configurando-se como o maior avanço registrado no Brasil. No primeiro semestre deste ano, 13,22 milhões de pessoas foram transportadas em território mineiro - um crescimento de 4,65 milhões ao comparar com o mesmo período de 2023.

Os dados fazem parte do balanço mais recente divulgado pela Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos). Segundo a análise, as expansões do metrô em Belo Horizonte com a ampliação da linha 1 e construção da linha 2 estão entre as principais apostas do setor no Estado.

Para o presidente do conselho da ANPTrilhos, Joubert Flores, a expectativa é positiva, principalmente após a concessão do metrô na capital mineira em março do ano passado. "Acreditamos que, com isso, a rede possa crescer e assim atender mais pessoas nos próximos anos", avalia.

No contexto nacional, os avanços no número de passageiros foram significativos, com crescimento de 4,4% no primeiro semestre em comparação com o mesmo período do ano passado. Apesar do crescimento, o setor ainda segue com 80% dos passageiros ao comparar com números pré-pandemia. "Em relação ao último semestre, registramos um crescimento que possa ajudar uma retomada", analisa Joubert Flores.

Políticas públicas - Embora exista perspectiva de retomada, a categoria já compreende a inviabilidade de recuperação da demanda anterior à pandemia. Um dos motivos listados é uma mudança de comportamento da população, impulsionada pela adoção do trabalho híbrido e remoto, além das compras pela internet, que contribuíram para a redução dos deslocamentos para consumo.

Já em termos de expansão das linhas no País, o avanço é avaliado como tímido, mas existe otimismo com relação às entregas de novos trechos ainda neste ano. De acordo com Joubert Flores, é estimado que mais de 60 quilômetros de linhas estejam em construção no Brasil e cerca de 20% desses trechos devem ser entregues ainda em 2024.

Para o próximo ano, a categoria espera novas políticas de incentivo e pede cautela com ações que beneficiem a compra de carros particulares, a fim de não prejudicar a mobilidade nas grandes cidades. "Esperamos uma política de estímulo ao transporte público em detrimento ao transporte particular que indiretamente assistimos hoje", argumenta o presidente do conselho da ANPTrilhos.

De acordo com o setor, em junho deste ano, a frota brasileira de automóveis e motocicletas ultrapassou a marca de 90 milhões, um aumento de 3,07% em comparação a 2023. Os dados são encarados com preocupação, tendo em vista que as atuais políticas públicas podem priorizar a aquisição de veículos particulares em detrimento do desenvolvimento da mobilidade urbana sustentável.

Expansões do metrô em BH com ampliação da linha 1 e construção da linha 2 são principais apostas do setor no Estado FOTO: REPRODUÇÃO YOUTUBE / ALMG

> **"Acreditamos que, com isso (expansão do metrô de BH), a rede possa crescer e assim atender mais pessoas nos próximos anos"**
> Joubert Flores

Sudeste ultrapassa 1 bilhão de pessoas transportadas

No primeiro semestre de 2024, os sistemas urbanos sobre trilhos transportaram 1,25 bilhão de pessoas. Ao analisar apenas a região Sudeste, as 29 linhas dos atuais dez sistemas sobre trilhos transportaram 1,13 bilhão de passageiros - o que indica que o sistema está altamente concentrado na região.

Em São Paulo, maior malha ferroviária do Brasil, o governo estadual lançou o "Programa SP nos Trilhos", abrangendo mais de 40 projetos de transporte de passageiros e cargas. O plano de expansão ferroviária está estimado em R$ 194 bilhões e visa implantar uma malha de sistemas sobre trilhos com mais de 1.000 quilômetros, englobando Trens Intercidades (TICs), Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs), metrôs e trens urbanos.

Para a ANPTrilhos, essas medidas simbolizam a retomada de grandes investimentos no setor, além de proporcionar a criação de um ambiente propício ao fortalecimento e desenvolvimento sustentável de toda a categoria. **(LM)**

ONDA DE CALOR

PBH amplia atuação para eventos climáticos extremos

MARCO AURÉLIO NEVES

O prefeito Fuad Noman (PSD) assinou ontem (11) decreto que amplia a atuação do Grupo Gestor de Riscos e Desastres (GGRD), que passa a ser chamado de Grupo Gestor de Riscos, Desastres e Eventos Climáticos Extremos (GGRDECE).

O decreto foi assinado durante uma reunião do prefeito com o grupo, na Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), para balanço das medidas adotadas no município com o objetivo de minimizar os efeitos da onda de calor, baixa umidade e qualidade do ar na Capital. "A implantação deste grupo tem um ganho adicional porque, no ano passado, não tivemos os eventos climáticos que tivemos hoje, não tivemos grandes secas", disse Fuad. "Hoje nós estamos vivendo uma situação de excepcionalidades e que temos de tomar medidas excepcionais", completou.

Atualmente, o grupo atua de outubro a março, os meses do período chuvoso, mas agora também se mobilizará diante de outras situações climáticas que possam impactar a população de Belo Horizonte.

Fuad disse que a antecipação da criação do grupo objetiva a atuação não somente durante a estiagem, mas também na preparação para as fortes chuvas que podem vir após grandes períodos de seca.

O secretário municipal interino de Meio Ambiente, Gelson Leite, apontou que neste ano já foram registrados 52 incêndios em áreas verdes de Belo Horizonte, sendo 27 em parques.

Combate a incêndios - Em junho, a PBH criou o Protocolo Integrado de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais em Parques Municipais, desenvolvido por meio da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, Guarda Municipal, Defesa Civil, Centro Integrado de Operações e Corpo de Bombeiros.

O protocolo estabelece diretrizes para ação coordenada entre as entidades envolvidas, com monitoramento preventivo e ação rápida em caso de incêndios florestais. Os eixos centrais são a prevenção e monitoramento, ações de pronta resposta, capacitação e treinamento, além da educação ambiental. O protocolo foi acionado em todos os incêndios ocorridos em BH de junho até setembro deste ano.

A Subsecretaria de Zeladoria Urbana (Suzurb) contratou 20 caminhões-pipa para regar as árvores e plantas em praças e canteiros diariamente, incluindo finais de semana. Cada caminhão transporta 6 mil litros de água.

Onda de calor - Esta semana, a PBH iniciou uma campanha de rádio e televisão que aborda a questão climática atual, com orientações para as pessoas sobre comportamentos de proteção e segurança nesse período de calor extremo.

A Defesa Civil de Belo Horizonte monitora as condições climáticas 24 horas por dia e reforçou a emissão dos boletins meteorológicos, com informações de temperatura, umidade do ar e orientações pelas redes sociais, SMS e aplicativos de mensagens com disparos diários.

A PBH implantou na rua Carijós, nº 679, no Centro de Belo Horizonte, uma unidade de refúgio climático. O espaço é projetado para oferecer abrigo e assistência durante eventos climáticos extremos como ondas de calor ou tempestades e é equipado com sistemas de resfriamento e abastecimento de água potável.

Outros dois refúgios serão implantados ainda este ano e mais outros quatro até 2025. Eles ficarão em Venda Nova e no Barreiro, e os outros quatros, na região central da capital: nas avenidas Olegário Maciel e Amazonas e dois na rua dos Caetés.

Corredor verde - Outra ação anunciada é que, no início do período chuvoso, a PBH vai implantar na avenida Antônio Carlos um "corredor verde". Trata-se da inserção de elementos lineares na paisagem urbana, para unir áreas naturais de uma cidade através de uma faixa ou corredor caracterizado por uma vegetação mais abundante. No corredor verde da avenida Antônio Carlos serão plantadas cerca de 1 mil árvores.

Miniflorestas urbanas - Até o final deste ano, a PBH vai implantar também 11 miniflorestas na cidade. São florestas nativas em áreas reduzidas, com plantios mais adensados, com o objetivo de criar ilhas de biodiversidade em áreas onde há pouco verde, além de novos espaços de resfriamento.

Atualmente, Belo Horizonte conta com 16 sistemas nesse formato em áreas que anteriormente eram degradadas e utilizadas como "bota-fora" – terrenos onde a população descarta resíduos sólidos, sucata, entre outros materiais. A primeira minifloresta, das 11 de 2024, foi plantada no fim de agosto, no bairro São Cristóvão.

ELEIÇÕES 2024

BH precisa de novo projeto de desenvolvimento

CARLOS VIANA

MARA BIANCHETTI, Editora

Senador por Minas Gerais eleito em 2018, Carlos Viana (Podemos) tem mandato até 2027, mas se licenciou do cargo para concorrer à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) nestas eleições. Em 2022, havia feito o mesmo para disputar o cargo máximo do Executivo estadual, encerrando o pleito em terceiro lugar, com 7,23% dos votos.

Em entrevista exclusiva ao Diário do Comércio, Viana defende que Belo Horizonte precisa de um novo projeto de desenvolvimento, principalmente na área da mobilidade urbana, um dos principais gargalos que afetam a qualidade de vida da população.

Ele também apresenta propostas para a recuperação econômica da Capital, abordando caminhos que vão desde a revisão do plano diretor até a revitalização das áreas centrais da cidade, passando pela implementação de equipamentos culturais e ampliação dos convênios com os governos estadual e municipal, sempre com foco em atrair investimentos - públicos e privados para o município.

O candidato faz ainda uma análise crítica sobre o atual cenário político da direita, defendendo que é necessário superar o bolsonarismo e criar um grupo de direita mais conectado com as camadas populares.

"Eu sou de direita, liberal, capitalista, defensor do Estado menor, conservador na questão da família e da liberdade religiosa. A questão é que a direita ficou resumida somente ao bolsonarismo e o bolsonarismo é pequeno. [...] A direita, que não é uma só, precisa aprender a conversar com todas as camadas da população. A esquerda fez isso com muito mais competência".

Por que você quer ser prefeito de Belo Horizonte?

Eu não vim para a política num projeto de crescimento econômico. Estou na política depois de 35 anos na iniciativa privada, uma carreira como empresário bem-sucedida, de muito aprendizado, uma carreira como jornalista e professor, graças a Deus, também muito bem realizada, muito bem-sucedida. E eu decidi colocar o meu nome como senador e tenho trabalhado muito. Fui eleito ano passado como o melhor senador do Brasil com transparência e gastos e eu não respondo a nenhum processo. Tudo isso tudo conta muito. Fui o senador que mais apresentou projetos e propostas, sou o senador que mais trouxe recursos para Minas Gerais e eu entendo que esse aprendizado precisa crescer. Coloquei meu nome ao governo do Estado e fiquei em terceiro lugar. Entendo que foi muito bom, porque eu não venho de uma trajetória política e tive uma votação, a meu ver, muito bem-sucedida. E agora para Belo Horizonte, onde eu sou muito conhecido e conheço bem os problemas da cidade.

FOTO: REPRODUÇÃO / DIÁRIO DO COMÉRCIO

> **"São pelo menos 20 anos de atraso. Nesses 20 anos, Belo Horizonte parou no tempo. Minas Gerais parou no tempo. Ficou aquela briga entre PSDB e PT e Minas ficou no centro dessa disputa, e não avançamos, não duplicamos estradas, não melhoramos."**
>
> Carlos Viana

Você diz que tem uma candidatura independente. Mas críticos falam em isolamento. O que é, de fato?

Eu tenho um grupo político de quase 200 vereadores que faz parte da minha base de apoio. Então não há de se falar em isolamento neste momento. O problema dos oponentes é que todos eles têm compromissos. E compromisso em política é algo comum. O problema é conchavo. Por que o sistema não me queria senador? Eu tive a maior dificuldade para candidatar e vencer a eleição, porque eu não faço esse tipo de acordo. Por que não me queriam como candidato a prefeito? Porque eu não devo nada às empresas de ônibus que mandam na cidade. R$ 500 milhões no ano passado, mais R$ 350 milhões esse ano. O prefeito e o presidente da Câmara fazem o que as empresas mandam. Então, para começar, eu vou colocar ordem nisso. Ou as empresas fazem o que a prefeitura determinar, atendem melhor a população, ou vamos tirar os contratos e colocar as multas no que for preciso.

Como você avalia o loteamento de cargos para atrair apoio dos partidos?

Para trazer apoio de um ou de outro, você tem que negociar secretarias. Eu não vou fazer isso, porque quando a gente senta para conversar, um quer a Belotur, o outro quer a Urbel, o outro quer a Secretaria de Educação, o outro quer a Secretaria de Obras. Isso já aconteceu em diversas prefeituras no Brasil e deu cadeia, como no Rio de Janeiro e eu não quero meu nome envolvido nisso. Então, o meu isolamento, a minha dificuldade, é exatamente por conta disso. O partido político chega e pede as joias... não vou entregar. Ou a gente entrega um programa de governo bom para fazer a cidade crescer, ou então é melhor não ter política. Esse é o meu pensamento. Ou a gente faz um projeto para poder tornar Belo Horizonte uma cidade melhor, com a boa política, ou então eu prefiro ficar sem grupos assim, ou podem me chamar de isolado, não tem problema nenhum. Eu prefiro não ter meu nome envolvido em nenhum tipo de escândalo. Mas eu vou ser o prefeito que vai ter condições de defender, de fato, os interesses da cidade.

Política envolve bom relacionamento entre os poderes. Como você avalia sua atuação no Legislativo?

Eu fui vice-líder do governo Bolsonaro por três anos, então tive uma experiência de base muito boa. Na questão econômica, não há o que se reclamar do governo Bolsonaro. Ele tinha lá as questões dele de fala, de vacina, mas na economia nós avançamos muito. E a base que tínhamos foi fundamental para votar os assuntos. A reforma da Previdência, uma série de medidas, a questão do auxílio emergencial, os acordos de governo, a redução da carga tributária. Hoje, o problema da Linha 2 Calafate-Barreiro está resolvido. Não é uma promessa. Está resolvido porque, como senador, eu consegui R$ 2,8 bilhões. O único que deu a cara a tapa, que enfrentou todas as críticas, fui eu.

Como você pretende lidar com os governos estadual e federal caso seja eleito prefeito de Belo Horizonte?

Agora, em Minas, é muito mais complexo, porque você vai ter, por exemplo, um governo do Estado que não ajuda em nada. Qual foi a obra que o Zema fez em Belo Horizonte? Quantas passarelas ele fez? Se a gente olhar no Estado, não vai ter nada, mas é o governador. Se você pegar o ex-prefeito, que falou que não ia fazer nada, ele não fez mesmo. Belo Horizonte começou a perder empreendimentos e renda com o ex-prefeito, que começou a tratar os empreendedores como inimigos. Precisamos trazer isso de volta. Eu, como prefeito, quero criar uma tarifa de integração para o transporte. Para isso, terei que conversar com o governo de Minas, porque o transporte metropolitano é responsabilidade da Secretaria de Transportes do Estado. Hoje, Belo Horizonte não tem projetos de mobilidade junto ao governo federal. O prefeito não mandou nada. E há muitos anos Belo Horizonte vem vivendo do próprio orçamento. Estamos atrasados. Salvador é uma capital que avançou muito mais do que a gente.

Um dos principais problemas que a cidade enfrenta é a mobilidade urbana. Você acredita que a solução passa pelo metrô?

São pelo menos 20 anos de atraso. Nesses 20 anos, Belo Horizonte parou no tempo. Minas Gerais parou no tempo. Ficou aquela briga entre PSDB e PT e Minas ficou no centro dessa disputa, e não avançamos, não duplicamos estradas, não melhoramos. Por isso, o atraso não é só de Belo Horizonte, é do Estado todo. E Belo Horizonte é uma cidade adensada, não tem mais área rural e vem enfrentando vários problemas. A gente precisa trazer novos investimentos, construir prédios novamente, atrair o mercado de luxo em áreas onde é possível construir para a cidade voltar a crescer, porque a cidade está morrendo. O Prado está morrendo, o Barro Preto está morrendo, a Barroca está morrendo, Santa Tereza está morrendo, a Lagoinha morreu. Por quê? Porque não temos um projeto de crescimento para a cidade. E essa questão da mobilidade vai passar por obras, principalmente de trincheiras e túneis. Além disso, a integração com o metrô vai nos ajudar. Porque o ônibus tem que sair da região metropolitana, entrar em Belo Horizonte, ir à região hospitalar, no Centro, e voltar? Porque as empresas querem, para obrigar os passageiros, a pagarem R$ 10 de tarifa. Porque as empresas é que mandam, não é a prefeitura que determina. A hora que a gente pegar todos os ônibus, não deixar mais ir para a estação do metrô e com a mesma tarifa vir até o Centro, vamos diminuir o fluxo e isso vai nos dar mais capacidade e menos tempo de congestionamento. Esse trabalho de planejamento precisa ser feito, especialmente com relação à inteligência. Hoje nós temos o Google, que nos ajuda muito. Tem várias soluções, mas a gente precisa começar a resolver um problema de cada vez. E a mobilidade, a meu ver, é o mais complicado de todos.

Caso seja eleito, qual a proposta para impulsionar as obras de infraestrutura necessárias na Capital?

A gente precisa de obras importantes, de trincheiras. Eu não gosto de elevados, eu acho que elevado estraga a paisagem, é muito invasivo. Mas trincheira e túnel, a gente precisa fazer. Vamos fazer uma trincheira na Contorno com Cristóvão Colombo, com Nossa Senhora do Carmo. Como? Vamos abrir, mudar o zoneamento. Ter um novo plano diretor e permitir mais construções, trazer de volta os empreendedores e eles fazerem as obras de mobilidade como contrapartida para a cidade. Essa união já funciona tão bem, Betim faz isso com muito competência. Belo Horizonte optou pela chamada outorga onerosa, que aumentou a arrecadação, mas expulsou o empreendimento, foi todo mundo para Nova Lima. Está na hora de a gente trazer de volta. Matou o centro da cidade. Estamos com prédios vazios, morador de rua para todo lado, porque não tem uma política para poder resolver esse assunto. E como vamos fazer obras? Vamos ter projetos com o governo federal, porque eu converso bem com os ministros, muitos são senadores. Com o governo do Estado para a gente poder entender onde o governo pode voltar a ajudar a Belo Horizonte e buscar os parceiros do setor privado. Quem quiser empreender em Belo Horizonte vai receber da parte da prefeitura todo apoio.

Moradia popular é uma questão muito comentada nessas eleições. Qual é a sua proposta nesta área?

Aqui não temos um projeto de construção de moradia popular. O governo de Minas não fez, a prefeitura não fez. Belo Horizonte tem áreas e eu, como prefeito, quero construir moradias populares e dar dignidade para vilas e aglomerados. Porque é o que a gente precisa.

Você tem sido um crítico da direita. E chegou a falar, inclusive, que o Bolsonaro é passado. Onde você acha que a direita errou e qual seria o caminho?

Eu sou de direita, liberal, capitalista, defensor do Estado menor, conservador na questão da família e da liberdade religiosa. A questão é que a direita ficou resumida somente ao bolsonarismo e o bolsonarismo é pequeno. O bolsonarismo gerou problemas. Eu falei que Bolsonaro é do passado, porque o Bolsonaro está caçado. Precisamos achar um novo projeto, mais vozes da direita para criar mais oportunidades. A direita não conversa com os mais pobres, só conversa com os empresários. A extrema-direita, que tem inclusive concorrente em Belo Horizonte, não sabe o que é depender de uma UPA, não sabe o que é não ter uma sala de aula em escola pública digna, não sabe o que é um professor público maltratado, não sabe o que é andar de ônibus, porque é muito cômodo você criar um discurso elitista economicamente. A extrema-direita é assim. Nós não. A direita, que não é uma só, precisa aprender a conversar com todas as camadas da população. A esquerda fez isso com muito mais competência. Inclusive a esquerda hoje já se deslocou mais para o centro. O atual governo concessionou a BR-381 num projeto que fizemos na época do Bolsonaro. Nós fizemos. Eles foram lá e concessionaram a rodovia - como concessionaram a BR-040. Quando a gente imaginava que a esquerda iria concordar em privatizar a estrada? A direita continua só nesse nicho empresarial. Resultado, perde as eleições. Aí colocam um líder como Bolsonaro, por exemplo, que não teve habilidade nas palavras, não teve habilidade em conversar com todo mundo, brigava com a imprensa todo dia, infelizmente perdemos a eleição. Então, a direita, se quiser sair dessas cordas, porque a gente está nas cordas, vai ter que superar essa fase e ter novas vozes defendendo nossos princípios, que continuam muito firmes e que não se limitam aos bolsonaristas.

Belo Horizonte, nos últimos anos, perdeu uma série de investimentos e pessoas para cidades da região metropolitana, especialmente para Nova Lima. A reversão desse processo inclui a reformulação do plano diretor?

Hoje somos a sexta capital em população. Fomos a terceira. O último censo já mostrou que perdemos 80 mil habitantes de um levantamento para o outro. Essa população mudou da Capital, porque a prefeitura passou a tratar, especialmente os prédios mais ricos, como inimigos da cidade. Outorga onerosa, que é você pagar mais pela construção, é uma ideia muito boa. Mas é uma ideia meio socialista, de quem bebe champanhe em Paris e acha que todo rico tem que ser taxado. O dinheiro não leva desaforo para casa. Quando Belo Horizonte começou a fazer isso, mudou todo mundo. E o centro virou um problema. Primeira coisa, vamos flexibilizar o uso do solo no centro da cidade. Permitir o uso comercial e o uso residencial em prédios mais antigos. Se uma pessoa quiser alugar uma sala, quiser alugar um andar e fazer um apartamento, qual é o problema? Ele pode morar no centro da cidade, vai morar mais perto, vai ajudar a pagar o condomínio e manter o prédio em dia. Segundo ponto, vamos trazer de volta as empenas. Aquelas empenas digitais bonitas, iluminadas, que a gente vê na China, em Nova York, em todo lugar. Porque Belo Horizonte à noite é uma escuridão só. Essas empenas vão ajudar a diminuir o preço dos condomínios e vão ajudar na reocupação. Os prédios vazios, que são da União, que é uma boa parte, a prefeitura vai assumir para diversas coisas. Vou transferir o centro administrativo para aquela região da Praça da Estação. Recuperar todos aqueles casarões e fazer igual Buenos Aires fez na Rio Madeiro, criar ali um centro de gastronomia, cultura e música, porque o único lugar que BH pode ter 24 horas de música é ali naquela região, já que não tem morador. Existem vários casarões fechados, abandonados na cidade. Vamos transformar tudo. E o principal, vamos trabalhar retirando os moradores de rua.

Como seria feito esse trabalho de reduzir a população de rua na Capital?

Metade da população de rua de Belo Horizonte não é de Belo Horizonte. É gente que veio para cá de outras capitais, principalmente de Recife e do Maranhão. E do interior, que os prefeitos colocam dentro dos carros da ambulância e deixam em Belo Horizonte. Vamos controlar essa população, porque se eu abrir 10 mil vagas de abrigo, vai aparecer 20 mil moradores de rua. Então, vamos procurar saber de onde são, como vieram parar aqui e saber se eles querem voltar. Vamos devolver. Se vier novamente, vamos pedir o Ministério Público para notificar o prefeito. Porque o prefeito tem que resolver lá, ele não pode passar para cá, não. Outra coisa, a distribuição de comida em Belo Horizonte virou um problema, porque todos os voluntários fazem um trabalho maravilhoso, as igrejas, os centros espíritas, só que chega um, põe a marmita, aí a pessoa come, daí a pouco chega outro com a marmita, ele pega só a carne e joga a comida fora. Aí as áreas ficam imundas. Está na hora da gente chamar esses voluntários e organizar isso. Precisamos devolver as calçadas para os pedestres e trazer de volta o comerciante. Senão, o centro de Belo Horizonte vai morrer por completo.

Belo Horizonte precisa de uma interlocução com as cidades da região metropolitana. Mais do que isso, o prefeito, enquanto o administrador da Capital, precisa ser o líder. Como fazer essa integração?

Voltando a conversar com os prefeitos. Esse atual prefeito não sabe nem o que está fazendo lá. Foi vice, de repente se tornou prefeito. O Kalil prometeu para a gente um economista de primeiro mundo e nos entregou um economista do Paraguai.

"A questão é que a direita ficou resumida somente ao bolsonarismo e o bolsonarismo é pequeno. O bolsonarismo gerou problemas. Eu falei que Bolsonaro é do passado, porque o Bolsonaro está caçado. Precisamos achar um novo projeto, mais vozes da direita para criar mais oportunidades"

Carlos Viana

Além de convênios, essas propostas precisam também de dinheiro, de recursos. Para você, então, a equalização do orçamento hoje passa muito mais por uma reorganização do que por um aumento da arrecadação?

Perfeitamente. O aumento da arrecadação virá à medida que a gente for reduzindo a tributação daqueles que investem para gerar nova renda. O que optamos foi por aumentar a carga e espantamos o investimento. Precisamos começar a fazer essa balança mudar. A prefeitura vai abrindo mão de uma parte à medida que outros investimentos vão chegando. Mas hoje, Belo Horizonte tem um descontrole orçamentário muito grande. O Ministério da Saúde tem vários repasses, o Programa de Saúde da Família, que é fundamental para a prevenção e as equipes do PSF hoje em Belo Horizonte estão totalmente desestruturadas. Quando você não tem PSF estruturado, o Ministério da Saúde não te repassa o dinheiro do programa. Os Agentes Comunitários de Saúde, que são fundamentais para a prevenção à dengue, para o cuidado do idoso que não pode sair de casa, para marcar um exame, hoje são usados em portaria do centro de saúde e para poder fazer dispensação de medicamento. Na educação, quero deixar o aluno do ensino médio na prefeitura. Isso é possível fazer. O governo do Estado pode fazer um convênio e repassar o dinheiro do Fundeb ou do FNDE. Quando você pega um aluno do ensino médio e deixa ele pela manhã na escola, tradicional, vamos dizer assim, e à tarde você coloca num curso técnico, o repasse é o dobro. Em Minas não tem um aluno nessa condição.

Pensando na atração de investimentos privados, a economia de Belo Horizonte gira em torno de comércio, serviços e turismo. Como incentivar esses setores e até mesmo trabalhar uma diversificação dessa economia?

É muito fácil falar que precisamos atrair mais turistas. Precisamos tornar Belo Horizonte uma capital atrativa. Quem vai a Inhotim, normalmente não vem a Belo Horizonte. Se vai para Tiradentes, Ouro Preto, vem para cá. Vamos pegar o Parque das Mangabeiras e transformar em uma galeria permanente de arte, igual o Inhotim, com os artistas mineiros, brasileiros. Eu chamo de Uaiotim. Vamos criar shows, circuitos culturais para a cidade ter a área de lazer e cultura. Se a gente fizer isso em Belo Horizonte, e é fácil fazer, esse público virá. O Mercado Central é a grande atração, talvez a única atração turística de Belo Horizonte. Eles queriam fazer mais andares e a prefeitura cobrou R$ 40 milhões de outorga onerosa. Aí eles desistiram da obra. Nós vamos fazer um centro de convenções no Mercado Central. Um centro de cultura gastronômica. Vai ser um dos pontos, vamos fazer isso. A gente é uma capital de negócios? Parece que não é, porque a gente não tem uma vocação. Belo Horizonte pode ser referência no turismo religioso, vamos ganhar uma nova catedral da Igreja Católica agora, que vai ser uma grande obra de arte, bonita e vai atrair muita gente. Belo Horizonte tem, entre nós evangélicos, grandes pastores, grandes bandas que podem fazer muitos shows. O Mineirão é uma das melhores arenas para show do Brasil, que a gente precisa incentivar. É uma questão de a gente querer trabalhar.

O que você pensa da mineração na Serra do Curral?

Sou contra. Quero colocar na Serra do Curral um grande letreiro escrito Belo Horizonte. Quero fazer lá em cima um novo mirante, porque lá já tem uma área de caminhada. Quero que as pessoas possam aproveitar a serra. Não quero mineração lá, tem que minerar em áreas onde não vai ter problema com a área urbana. Existem muitas áreas para minerar em Minas Gerais, mas a Serra do Curral, a meu ver, sem chance. Vamos transformar a serra em atrativo turístico para a cidade.

E como lidar com a realização de eventos na cidade?

O Carnaval é espontâneo, não foi a prefeitura nem foi o governo do Estado que criou. O prefeito, o governador, todo mundo querendo ganhar a paternidade. E, na verdade, foi o povo que fez. A prefeitura tem a obrigação de organizar e não atrapalhar. E é a demonstração de como a cidade tem vocação para esse tipo de evento, para sermos uma grande cidade de shows. Belo Horizonte já teve festivais importantes, que a gente precisa trazer, mas temos que preparar a cidade. Primeiro, a cidade tem que estar iluminada e limpa; segura. Temos que aumentar a Guarda Municipal e alinhar com a Polícia Militar. Você chega na Praça 7, tem um carro da Guarda de um lado e um carro da PM do outro. É uma vaidade absurda. Precisamos reorganizar o sistema de câmeras da cidade, fundamental para a prevenção. Isso tudo vai começar a atrair mais turistas e investimentos para Belo Horizonte.

Na educação, você aposta na valorização dos profissionais e também na atração de mais recursos?

O governo do Estado é o responsável pelo Ensino Médio, recebe do Fundeb o dinheiro. Esse dinheiro tem que ser repassado para cada aluno que a prefeitura assumir. O governo já fez isso em várias cidades do interior. Muito bem-sucedido, inclusive um excelente programa. Belo Horizonte vai começar a testar e eu vou ampliar. Porque o aluno sai da prefeitura com 5.6, no ensino médio e termina com 4.3 em 10. Ou seja, a gente desaprende. Temos que trazer para cá empregos de qualidade também na área digital. Temos vocação para ser uma cidade digital. A prefeitura é que tem responsabilidade. A Índia está evoluindo tanto mais que o Brasil? Por quê? Porque a Índia pegou todas as castas e está dando escola para todas elas. E olha que lá tem um problema sério de preconceito. A Índia se tornou um grande celeiro da área digital, vai passar o Brasil, vai ser a terceira economia do mundo. E a gente aqui ainda com o ensino analógico. O aluno sai da escola sem saber fazer nada.

E na saúde, o grande problema hoje diz respeito às filas. Como resolver?

Primeira coisa, médico é para urgência e emergência e casos específicos. A pessoa que não está em urgência e emergência, existe uma solução tecnológica que funciona muito bem, chamada telemedicina. Já está regulamentada, funciona e vai resolver nosso problema, especialmente de áreas onde os médicos não querem ir, por medo de violência. Porque não adianta nada eu colocar lá um guarda municipal armado, sozinho, dois, numa área onde ele arrisca a própria vida. Porque a segurança é uma responsabilidade do governo do Estado. A Prefeitura muitas vezes sente as consequências dela. Então, chegou na UPA, é urgência, emergência, vai ter médico. Não é, vai ser atendido pela telemedicina. É assim, sabe, a gente tem que usar a tecnologia a nosso favor. É uma criança que está passando por uma consulta já marcada? Vamos usar os hospitais filantrópicos. Não precisa ir na UPA.

Qual solução você propõe para aprimorar a segurança pública?

Hoje a gente tem uma redundância de gastos. A Polícia Militar faz um grande trabalho. A Guarda Municipal também, mas precisamos organizar. A gente precisa que cada uma atue em uma região da cidade. Senão, é jogar dinheiro fora. E o aumento de pessoas em situação de rua nos colocou entre as 50 cidades mais perigosas do mundo. E não somos. O problema é a quantidade de pequenas ocorrências.

O que seu plano de governo propõe para o meio ambiente?

Pretendo reduzir em 2 graus a temperatura em Belo Horizonte. Isso é possível, já foi feito em cidades da Espanha, por exemplo. É possível identificar no mapa, as áreas de Belo Horizonte onde se pode criar novas áreas verdes e proteger as que já existem. A gente tem que começar a fazer como outras capitais do mundo fazem. Pequenos locais onde a prefeitura pode pegar um determinado imóvel e tornar aquilo ali uma área de refúgio, como ganhou o nome. E nos locais onde a gente não tem como fazer arborização, fazemos cortinas verdes na parte alta dos prédios. Isso reduz a temperatura em dois pontos. E se conseguirmos o financiamento que esperamos, vamos terminar essas bacias para ajudar a reduzir as inundações. A ideia é fazer outra ali no Calafate. A exemplo do que vi em Seul, na Coreia. Lá tem um rio que corta a cidade toda, todo limpo hoje. Eles fizeram duas bacias, o rio desce totalmente purificado e as pessoas usam a beirada do rio para almoçar, jogar, fazer caminhada. Olha que incoerência: a gente vai buscar água lá em Brumadinho, com um rio inteiro totalmente poluído dentro de Belo Horizonte, que é o Arrudas. E há financiamento para isso. Eu tenho um olhar muito ousado para o futuro de um dia ver esse rio totalmente limpo. Essa seria uma das grandes contribuições para o meio ambiente aqui na nossa Belo Horizonte.

Qual a Belo Horizonte do futuro que o Carlos Viana, eleito ou não eleito, deseja?

Eu desejo uma cidade de oportunidades iguais para todos. Uma cidade onde as soluções vençam esse fosso da desigualdade que temos. E a desigualdade você não resolve com problemas emergenciais de dinheiro. Bolsa Família, isso é importante para você, num país como o Brasil, que produz tanta comida, você não tem gente passando fome. Mas a gente tem que vencer esse fosso. E isso se faz pela qualificação da mão de obra, pela escola pública de qualidade, pela valorização do professor e dos alunos. Ensinar a nova geração a gerar a própria renda, a trazer... empregos de qualidade para Belo Horizonte, a tornar a cidade mais acessível. Essa é a Belo Horizonte que eu espero e que eu quero construir como prefeito. %

AGRONEGÓCIO

Buritizeiro caminha para ser novo polo agrícola

INVESTIMENTOS Município do Norte de Minas tem atraído empresários do agro até de outros Estados; clima favorável, terras agricultáveis e enorme potencial hídrico são atrativos

MICHELLE VALVERDE

Buritizeiro, na região Norte de Minas Gerais, está se consolidando como um novo polo agrícola. A cidade, que é a quarta maior em extensão do Estado, possui clima favorável, terras agricultáveis e um enorme potencial hídrico, o que favorece a irrigação. Assim, o município vem atraindo investimentos e ampliando a produção, principalmente, de grãos como soja, milho e feijão.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Produtos Rurais de Buritizeiro, Audi Braga, a cidade tem atraído muitos empresários do agronegócios que, diante das características do município, têm investido no cultivo variado.

"Em Buritizeiro, nós temos 210 quilômetros de margem do rio São Francisco. Isso favorece muito a produção agrícola. É um potencial hídrico gigantesco que conta ainda com vários rios como o Paracatu, o rio do Sono, o Formoso, entre outros pequenos riachos", explica.

Ainda conforme Braga, o município chama a atenção dos vários produtores de outras regiões também pelo clima e relevo que são favoráveis para o desenvolvimento da atividade agrícola. Por ser um novo polo da produção agrícola, outro atrativo é o valor mais acessível das terras devido à alta oferta.

Diante do potencial para a produção, Buritizeiro tem atraído diversos produtores rurais das regiões Noroeste, do Alto Paranaíba e até mesmo de outros estados como de Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Paraná.

Entre as culturas está o trigo, que está também em áreas irrigadas do município FOTO: DIVULGAÇÃO / SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE BURITIZEIRO

Outro atrativo para produtores é o valor mais acessível das terras devido à alta oferta FOTO: DIVULGAÇÃO / SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE BURITIZEIRO

Produção crescente - Hoje, a cidade já conta com 25 mil hectares irrigados e 40 mil hectares ocupados com lavouras de sequeiro. Nas áreas, principalmente nas irrigadas, há o cultivo de grãos como a soja, o milho, feijão, arroz, algodão e trigo. Com tantos atrativos, o município hoje está se transformando na mais nova fronteira agrícola do País.

"Hoje, o avanço é muito grande. A cada ano, os produtores têm aumentado a área, que já está em torno de 25 mil hectares irrigados. Com a expansão da irrigação, a cada safra há um aumento na produção. Na cidade, a produção agrícola é grande geradora de riquezas, empregos e renda. Além disso, o município produz alimentos para ajudar a abastecer a demanda mundial. Dentre os principais grãos cultivados, a soja é uma commodity de grande importância para o País e Buritizeiro está inserido nesse trabalho", comemora o presidente do sindicato.

A expansão agrícola poderia ser ainda mais relevante, caso alguns gargalos fossem resolvidos. Entre os principais está a energia, que é considerada insuficiente para o avanço da irrigação. Conforme Braga, devido à extensão territorial do município, são necessários investimentos relevantes nas muitas estradas vicinais. %

"Hoje o avanço é muito grande. A cada ano, os produtores têm aumentado a área, que já está em torno de 25 mil hectares irrigados"

Audi Braga

Capacitação auxilia produtores do município

Com a expansão agrícola, o Sindicato dos Produtores Rurais de Buritizeiro tem promovido diversas ações com o objetivo de favorecer o desenvolvimento da produção e a capacitação dos produtores e trabalhadores.

Ao longo do ano, há eventos e cursos onde são divulgadas tecnologias e inovações que contribuem, por exemplo, para o aumento da produtividade. Além disso, já foi realizado, por exemplo, o curso de Análise e Classificação de Soja e Milho, oferecido pelo Sistema Faemg Senar.

"O sindicato acompanha a chegada de novas empresas e projetos que demandam treinamentos específicos. A capacitação permite que o produtor atue de forma mais eficaz, especialmente em áreas novas. É uma vantagem importante ter conhecimento sobre a área de investimento", explicou o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Buritizeiro, Audi Braga.

Realizado pela primeira vez na região, o curso contou com a participação de gestores e colaboradores de propriedades rurais. Os alunos aprenderam a verificar a qualidade produtiva dos grãos, um fator que impacta diretamente nos resultados comerciais e na capacidade dos empreendimentos. **(MV) %**

LEI ANTIDESMATAMENTO

Brasil pede mais prazo à UE

Brasília - A poucos meses da União Europeia iniciar a implementação da chamada lei antidesmatamento, o governo enviou ontem uma carta à cúpula da UE pedindo que a legislação não seja aplicada este ano, sob risco de impactar diretamente as exportações para os países da região. O texto é assinado pelos ministros da Agricultura, Carlos Fávaro, e das Relações Exteriores, Mauro Vieira.

"O Brasil é um dos principais fornecedores para a UE da maioria dos produtos objetos da legislação, que correspondem a mais de 30% de nossas exportações para o bloco. De modo a evitar impacto nas relações comerciais, solicitamos que a UE não implemente a EUDR a partir do final de 2024 e reavalie urgentemente a sua abordagem sobre o tema", diz o documento.

A legislação europeia, aprovada em 2022, prevê a proibição da importação de produtos originários de áreas que foram desmatadas a partir de 2022, mesmo em áreas em que o desmatamento é legalizado. O texto inclui sete setores, sendo a maioria da pauta de exportação brasileira para os europeus: carne, café, cacau, produtos florestais (papel, celulose e madeira), soja e borracha. Tem ainda óleo de palma, único produto que o Brasil não exporta, mas inclui derivados, como couro, móveis e chocolate.

Em 2023, essa pauta chegou a US$ 46,3 bilhões, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O governo brasileiro considera que a lei pode ter um impacto de quase R$ 15 bilhões nessas exportações.

"A EUDR foi desenhada sem conhecimento de como funciona o processo produtivo e exportador dos diferentes produtos e qual é a realidade em cada país", diz a carta, ressaltando que o governo e produtores brasileiros estiveram em Bruxelas para tentar mostrar problemas de legislação e desafios operacionais para implementação, mas não foram ouvidos.

A implementação no final deste ano coincide com a intenção dos governos do Mercosul e da UE de fecharem finalmente o acordo comercial entre os blocos. Na **(Reuters) %**

RENT B3 LISTED NM — **LOCALIZA RENT A CAR S.A. - COMPANHIA ABERTA** — **CNPJ: 16.670.085/0001-55 - NIRE: 3130001144-5** — Localiza&co

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 09 de setembro de 2024

Data, Hora e Local: Realizada em 09 de setembro de 2024, às 9:00h, virtualmente e na sede da Localiza Rent a Car S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Bernardo de Vasconcelos, nº 377, bairro Cachoeirinha, CEP 31.150-000. **Convocação:** Convocação realizada nos termos do artigo 13, §1º, do Estatuto Social da Companhia. **Presença:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração, a saber: Eugênio Pacelli Mattar, Luis Fernando Memoria Porto, Artur Noemio Grynbaum, Maria Letícia de Freitas Costa, Paulo Antunes Veras, Pedro de Godoy Bueno, Sérgio Augusto Guerra de Resende e Paula Magalhães Cardoso Neves. **Mesa:** Eugênio Pacelli Mattar, Presidente; e Suzana Fagundes Ribeiro de Oliveira, Secretária. **Ordem do Dia: (1)** Deliberar sobre a aprovação de captação de recursos financeiros, a ser contratada pela Companhia, na qualidade de tomadora dos recursos financeiros, junto ao **International Finance Corporation**, entidade financeira internacional, na qualidade de concedente dos recursos financeiros e/ou dos serviços necessários à obtenção dos recursos financeiros, no valor correspondente a até US$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares americanos), mediante garantia fidejussória adicional da Localiza Fleet S.A. e da Companhia de Locação das Américas ("*Loan*"), podendo a Companhia contratar, ainda, operações de derivativos para fins de proteção de eventuais riscos de variação cambial decorrentes do *Loan*, inclusive, mas sem limitação, mediante instrumentos de *hedge*; **(2)** Autorizar, desde já, os Diretores da Companhia, Srs. Bruno Sebastian Lasansky, Rodrigo Tavares Gonçalves de Sousa, Flávio Mergener Salles, João Hilário de Ávila Valgas Filho, Breno Davis Campolina, Marco Túlio de Carvalho Oliveira, Suzana Fagundes Ribeiro de Oliveira e Elvio Lupo Neto e/ou seus procuradores devidamente constituídos, a: **(a)** discutir, negociar e definir os termos e condições do *Loan*; **(b)** celebrar todos e quaisquer contratos e/ou documentos e seus eventuais aditamentos relacionados ao *Loan*; e **(c)** praticar todos os atos necessários à realização do *Loan*, incluindo, mas sem limitação, a repactuação de termos e condições de obrigações previamente contratadas junto ao International Finance Corporation e/ou a emissão de títulos de dívida ou outras formas de promessa de pagamento pela Companhia; e **(3)** Ratificar todos os atos já praticados pelos Diretores da Companhia ou por seus representantes devidamente constituídos, relacionados às matérias descritas nos itens "(1)" a "(2)" acima. **Deliberações tomadas por unanimidade: (1)** Aprovada a contratação do *Loan* pela Companhia, nos termos e condições que vierem a ser pactuados nos respectivos instrumentos contratuais celebrados com o International Finance Corporation para fins do *Loan*, no valor correspondente a até US$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares americanos), mediante garantia fidejussória adicional da Localiza Fleet S.A. e da Companhia de Locação das Américas, bem como a contratação de operações de derivativos para fins de proteção de eventuais riscos de variação cambial decorrentes do *Loan*, inclusive, mas sem limitação, mediante instrumentos de hedge; **(2)** Autorizar, desde já, os Diretores da Companhia, Srs. Bruno Sebastian Lasansky, Rodrigo Tavares Gonçalves de Sousa, Flávio Mergener Salles, João Hilário de Ávila Valgas Filho, Breno Davis Campolina, Marco Tulio de Carvalho Oliveira, Suzana Fagundes Ribeiro de Oliveira e Elvio Lupo Neto e/ou seus procuradores devidamente constituídos, a: **(a)** discutir, negociar e definir os termos e condições do *Loan*; **(b)** celebrar todos e quaisquer contratos e/ou documentos e seus eventuais aditamentos relacionados ao *Loan*; e **(c)** praticar todos os atos necessários à realização do *Loan*, incluindo, mas sem limitação, a repactuação de termos e condições de obrigações previamente contratadas junto ao International Finance Corporation e/ou a emissão de títulos de dívida ou outras formas de promessa de pagamento pela Companhia. **(3)** Ratificar todos os atos já praticados pelos Diretores da Companhia ou por seus procuradores devidamente constituídos, relacionados às matérias descritas nos itens "(1)" a "(2)" acima. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Sem mais deliberações, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata em meio magnético, para posterior aprovação pelos participantes. Para fins de certificação digital, a assinatura da documentação será realizada isoladamente pela Sra. Suzana Fagundes Ribeiro de Oliveira. **Certidão:** Declaro que esta é cópia fiel da Ata de Reunião do Conselho de Administração de 09 de setembro de 2024, que se encontra transcrita no livro próprio, arquivado na sede social da Companhia, com a assinatura de todos os participantes. **Assinaturas**: Mesa: Eugênio Pacelli Mattar, Presidente; e Suzana Fagundes Ribeiro de Oliveira, Secretária. Membros do Conselho de Administração: Eugênio Pacelli Mattar, Luis Fernando Memoria Porto, Artur Noemio Grynbaum, Maria Letícia de Freitas Costa, Paulo Antunes Veras, Pedro de Godoy Bueno, Sérgio Augusto Guerra de Resende e Paula Magalhães Cardoso Neves.

Belo Horizonte/MG, 09 de setembro de 2024.
Suzana Fagundes Ribeiro de Oliveira - **Secretária**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

LOCALIZA FLEET S.A.
CNPJ Nº 02.286.479/0001-08 - NIRE Nº 31300013014 - COMPANHIA ABERTA — Localiza Gestão de Frotas

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 09 de setembro de 2024

Data, Hora e Local: Realizada em 09 de setembro de 2024, às 9h15m, virtualmente e na sede da Localiza Fleet S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Bernardo de Vasconcelos, nº 377, Parte, bairro Cachoeirinha, CEP 31.150-000. **Convocação:** Dispensada a convocação em virtude da presença de todos os membros do Conselho de Administração. **Presença:** Presentes todos os seguintes membros do Conselho de Administração, a saber: Eugênio Pacelli Mattar, Bruno Sebastian Lasansky e João Hilário de Ávila Valgas Filho. **Mesa:** Sr. Eugênio Pacelli Mattar, Presidente; e Sra. Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino, Secretária. **Ordem do Dia: (1)** Deliberar sobre a concessão de garantia fidejussória adicional pela Companhia ("Garantia") em garantia das obrigações a serem assumidas pela Localiza Rent a Car S.A. no âmbito de empréstimo financeiro a ser contratado junto ao **International Finance Corporation**, entidade financeira internacional, no valor correspondente a até US$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares americanos); **(2)** Autorizar, desde já, os Diretores da Companhia, Srs. Bruno Sebastian Lasansky, Breno Davis Campolina, Rodrigo Tavares Gonçalves de Sousa e Flávio Mergener Salles e/ou procuradores devidamente constituídos, a: **(a)** discutir, negociar e definir os termos e condições da Garantia; **(b)** celebrar todos e quaisquer contratos e/ou documentos e eventuais aditamentos relacionados à Garantia; e **(c)** praticar todos os atos necessários à concessão da Garantia; e **(3)** Ratificar todos os atos já praticados pelos Diretores da Companhia ou por seus representantes devidamente constituídos, relacionados às matérias descritas nos itens "(1)" a "(2)" acima. **Deliberações tomadas por unanimidade: (1)** Aprovada a concessão da Garantia pela Companhia em garantia das obrigações a serem assumidas pela Localiza Rent a Car S.A. no âmbito de empréstimo financeiro a ser contratado junto ao **International Finance Corporation**, entidade financeira internacional, no valor correspondente a até US$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares americanos); **(2)** Autorizar, desde já, os Diretores da Companhia, Srs. Bruno Sebastian Lasansky, Breno Davis Campolina, Rodrigo Tavares Gonçalves de Sousa e Flávio Mergener Salles e/ou procuradores devidamente constituídos, a: **(a)** discutir, negociar e definir os termos e condições da Garantia; **(b)** celebrar todos e quaisquer contratos e/ou documentos e seus eventuais aditamentos relacionados à Garantia; e **(c)** praticar todos os atos necessários à concessão da Garantia; e **(3)** Ratificar todos os atos já praticados pelos Diretores da Companhia ou por seus procuradores devidamente constituídos, relacionados às matérias descritas nos itens "(1)" a "(2)" acima. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Sem mais deliberações, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata em meio magnético, para posterior aprovação pelos participantes. Para fins de certificação digital, a assinatura da documentação será realizada isoladamente pela Sra. Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino. **Certidão:** Declaro que esta é cópia fiel da Ata de Reunião do Conselho de Administração de 09 de setembro de 2024, que se encontra transcrita no livro próprio, arquivado na sede social da Companhia, com a assinatura de todos os participantes. **Assinaturas**: Mesa: Eugênio Pacelli Mattar, Presidente; e Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino, Secretária. Membros do Conselho de Administração: Eugênio Pacelli Mattar, Bruno Sebastian Lasansky e João Hilário de Ávila Valgas Filho.

Belo Horizonte/MG, 09 de setembro de 2024.
Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino - **Secretária**

Mate Couro tem planos de ampliação da produção

TRADIÇÃO Principal objetivo da fabricante de refrigerantes, com planta na capital mineira, é dobrar a capacidade instalada nos próximos três anos

LEONARDO LEÃO

A fabricante mineira de refrigerantes Mate Couro completa, hoje, 77 anos de atuação no mercado. A empresa apresentou crescimento de 20% em 2023 e espera repetir este desempenho tanto em produção quanto no faturamento. O principal objetivo para o futuro é dobrar o volume atual nos próximos três anos.

Essas informações são do porta-voz da empresa, o gerente de vendas e contador Lazio Divino Pinto. Ele aponta que a Mate Couro já adquiriu alguns maquinários novos neste ano, incluindo uma máquina de sopro, com o objetivo de aperfeiçoar a estrutura da empresa e impulsionar o crescimento no interior de Minas Gerais.

"Existem muitas redes de supermercados em que ainda estamos ausentes e nós estamos trabalhando para poder atendê-las", disse.

Divino Pinto pontua que esse plano de crescimento no curto prazo está sendo realizado de forma cautelosa, visando aumentar a quantidade produzida. Atualmente, segundo o gerente de vendas da Mate Couro, a fábrica, localizada em Belo Horizonte, funciona com apenas um turno de trabalho.

"A despesa para colocar um turno sem vendas é muito grande. Então, nós estamos buscando esses supermercados do interior para depois aumentar o horário de produção para dois turnos", explica.

Foco da marca é se manter em Minas - Quanto a uma possível expansão para fora do Estado, Divino Pinto ressalta que o foco inicial da fabricante de refrigerantes está em aproveitar as oportunidades oferecidas no mercado mineiro. Ele ainda explica que o lançamento da marca em outros mercados, como São Paulo, exige um grande investimento, principalmente em marketing, para apresentar o produto para os novos consumidores.

"Como nós ainda não temos esse investimento, isso fica mais difícil. Primeiro, nós temos que atender o meu Estado, onde as pessoas já conhecem o Mate Couro, é mais próximo e não precisamos investir muito", avalia.

Atualmente, conforme apontado pelo porta-voz da empresa, quase 99% dos consumidores da marca estão presentes em Minas, com destaque para a Capital e cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), além de alguns municípios do interior, como Montes Claros, Turmalina e Teófilo Otoni. O Mate Couro também conta com alguns consumidores no Espírito Santo, mas o público-alvo segue sendo os mineiros.

Fábrica da Mate Couro está localizada no bairro São Salvador, na região Noroeste da capital mineira, e gera entre 130 e 150 empregos diretos FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALISSON J. SILVA

A fábrica está localizada no bairro São Salvador, na região Noroeste da capital mineira. Além disso, de acordo com Divino Pinto, a empresa possui cerca de 30 distribuidores em Minas Gerais. A unidade fabril possui entre 130 e 150 funcionários. Já as distribuidoras somam cerca de 600 colaboradores.

77 anos de história - A marca Mate Couro foi lançada em 12 de setembro de 1947 por seis amigos, dentre eles um farmacêutico, que tinham como objetivo desenvolver uma nova bebida saudável. Divino Pinto relata que os criadores fizeram o produto a partir da combinação de dois produtos: erva-mate e chapéu-de-couro, além de sementes de guaraná. Inicialmente, a bebida era comercializada apenas em garrafas de vidro.

Ainda nos primeiros anos da operação, a família Savassi comprou a marca e, desde então, é a proprietária da Mate Couro. Atualmente, Rodrigo Savassi Biaggioni e Arthur Eduardo Savassi Baggioni estão à frente dos negócios. Veja, a seguir, alguns momentos importantes dessa história:

Parceria com a PepsiCo (1955) - Com o passar dos anos, o refrigerante foi conquistando espaço no mercado local. Já em 1955, a empresa firmou um contrato de franquia com a multinacional PepsiCo, que duraria até 1979. Durante esse período, a Mate Couro também passou a produzir e distribuir os refrigerantes Pepsi Cola e Mirinda.

Construção de nova fábrica (1972) - A fabricante mineira seguiu expandindo seus negócios e conquistando uma posição de relevância no mercado. Esse processo de desenvolvimento tornou necessária a construção de uma nova fábrica em 1972, localizada em uma área de 52 mil metros quadrados (m²), no bairro São Salvador, em Belo Horizonte, onde ela permanece até hoje. Antes, a empresa funcionava em uma fábrica menor, no centro da cidade.

Parceria com a Antarctica (1979) - No mesmo ano em que encerrou a parceria com a PepsiCo, a Mate Couro assinou um novo contrato de franquia, dessa vez com a Companhia Antarctica Paulista. Dessa forma, além de produzir seu próprio refrigerante, a empresa passava a engarrafar toda a linha de refrigerantes da nova parceira.

Adoção das garrafas pet (1990) - Já em 1990, a empresa passou a adotar o modelo de garrafas pet em seu processo de engarrafamento. O objetivo, na época, era adequar a marca às transformações e tendências que estavam ocorrendo no mercado.

> **"Primeiro, nós temos que atender o meu Estado, onde as pessoas já conhecem o Mate Couro, é mais próximo e não precisamos investir muito"**
> Lazio Divino Pinto

Ampliação de sabores (2003) - Baseada em uma nova estratégia comercial, a Mate Couro tomou a decisão de priorizar a fabricação de produtos próprios e, consequentemente, encerrar a parceria com a Antártica em 2003. Neste mesmo ano, a marca ampliou sua oferta de sabores passando a contar com: guaraná, cola, limão, laranja e uva.

Divino Pinto ressalta que a Antártica sempre foi muito rigorosa quanto à qualidade dos produtos. Segundo ele, a Mate Couro soube manter essa mesma postura em relação aos refrigerantes da marca, o que contribuiu para o reconhecimento que o produto possui entre os consumidores mineiros. "Nós trabalhamos com uma margem apertada de lucro para levar mais qualidade para todas as casas", afirma.

Rede própria de distribuição em Minas (2004) - Em 2004, a fabricante mineira de refrigerantes desenvolveu uma rede de distribuição para ampliar a cobertura da empresa dentro do território do Estado. Desde então, segundo Divino Pinto, a Mate Couro atende tanto suas distribuidoras quanto as grandes redes varejistas, de forma direta.

Lançamento da marca Nick (2018) - Com a perspectiva de alcançar novos horizontes comerciais, em 2018 a empresa lançou uma nova marca de refrigerantes, a Nick, inicialmente sendo comercializada apenas com sabor uva. O gerente de vendas da Mate Couro explica que essa outra marca é um produto de baixa caloria voltado para atender os clientes com poder aquisitivo mais baixo, das classes C e D.

Sucesso com versão de garrafas pequenas (2023) - Outros lançamentos ocorreram nos anos posteriores, como os novos sabores do Mate Couro (abacaxi e tangerina) e da marca Nick (cola, limão e abacaxi). Além disso, Divino Pinto destaca o bom desempenho apresentado pelo Mate Couro na versão de 200ml, lançada em dezembro do ano passado. "Está um sucesso, só lançamos Mate Couro, mas posteriormente vamos lançar o Nick com garrafas pequenas", completa.

INOVAÇÃO EM PAUTA

JANAYNA BHERING

Engenheira com mestrado em Ciência e Tecnologia, especialista em estatística aplicada a processos (Six Sigma Black Belt) e gestão da inovação. Atua no ecossistema de inovação há 20 anos. Atua como executiva Fundep, Presidente conselho inovação e VP executiva na ACMinas

Órbi Conecta aposta em tecnologias emergentes e lança rede para negócios

Agilidade, Segurança Cibernética, Inteligência Artificial e Análise de Dados são as quatro apostas de uma nova fase do hub, localizado em Belo Horizonte, porta de entrada para empresas e profissionais que buscam conexões sobre inovação em Minas. A iniciativa chega com um novo programa: "Órbi Tech Hub para negócios", resultado de uma co-construção dos times de inovação e tecnologia das fundadoras do hub: Inter&Co, MRV&Co e Localiza&Co, facilitado pelo time Órbi for Corporates.

"O Orbi Tech Hub nasce para potencializar a força do ecossistema, reunindo grandes especialistas para debaterem as novidades e reais aplicabilidades das tecnologias do momento, e agregando novas empresas e parceiros com interesse genuíno em fazer a diferença no mercado em que atuam", afirma o CTO da MRV&Co, Reinaldo Sima.

"O Órbi Tech Hub vai ao encontro de um dos objetivos da Localiza, mantenedora da frente de mobilidade, que é fomentar ações que promovam o desenvolvimento, capacitação e integração de pessoas da comunidade tech local", afirma o CTO da Localiza&Co, André Petenussi.

O foco é construir uma rede de lideranças interessadas na aplicação de tecnologias, promovendo a construção de uma comunidade de prática, além de potencializar o conhecimento e a experiência, vivenciadas pelas três empresas e respectivos parceiros estratégicos.

"As discussões trazidas pelo Orbi Tech Hub têm grande potencial para fomentar o mercado com inovações e boas práticas na área de tecnologia. Além de criar uma cultura colaborativa que pode nos ajudar, inclusive, a manter o nosso Super App financeiro em evolução constante para atender milhões de pessoas com excelência", afirma o CTO da Inter&Co, Guilherme Ximenes.

Além das fundadoras, a Rede Órbi conta com mais cinco verticais, também participantes e convidadas do novo programa: alimentos e bebidas, energia, jurídico, saúde e tecnologia com Sucos Tial, Rede Mater Dei de Saúde, Lott Advogados, AXS, Órigo, Grupo Bamaq entre outras corporações.

"O Órbi, nos últimos anos, tem feito um trabalho como hub de inovação e empreendedorismo digital. Agora, também reforçamos o Órbi como a interseção para que as pessoas que fazem parte das empresas da nossa rede possam construir conhecimento e trocar experiências para ir além. Juntos, somos protagonistas na implantação de tecnologias emergentes nas rotinas e nos negócios", afirma a CEO do Órbi Conecta, Dany Carvalho.

Os participantes podem ser de qualquer localidade e terão vínculo semestral, com dinâmicas conectadas no formato síncrono e assíncrono. Nos dias 25 de setembro e 30 de outubro já estão programados duas imersões presenciais no hub, no bairro Lagoinha.

Empresas interessadas em participar, podem acessar o formulário no link a seguir: https://diariodo.co/vslrp4h.

Empresas da P&D Brasil estimam investir R$ 16 bi

DESENVOLVIMENTO Previsão é de que metade do valor seja aplicada, até 2026, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação

Com a sanção do projeto de lei que amplia o prazo de incentivos da Lei de TICs com diferencial para tecnologia nacional e implementa o Programa Brasil Semicon, a Associação de Empresas de Desenvolvimento Tecnológico Nacional e Inovação (P&D Brasil) estima que haverá um investimento, apenas pelas empresas da entidade, na ordem de R$ 16 bilhões até 2026.

O valor será aplicado em atividades de P&DI (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação), infraestrutura, ampliação da capacidade produtiva, modernização das linhas de produção, aquisições de máquinas e novos equipamentos, internacionalização e desenvolvimento de novas tecnologias, além da expansão de parques industriais. Estes investimentos são possíveis devido à estabilidade jurídica e a renovação de longo prazo de políticas estruturantes como a Lei de TICs, Mover e Padis. O levantamento da P&D Brasil mostra ainda que Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina são os estados que receberão recursos por parte de suas associadas.

Rosilda Prates: estamos dando um passo crucial para nos consolidarmos como uma potência tecnológica, valorizando as empresas do setor FOTO: GIL FERREIRA / ASCOM - SRI

"Com a sanção desta lei, estamos dando um passo crucial para nos consolidarmos como uma potência tecnológica, valorizando as empresas que produzem e desenvolvem tecnologia no Brasil. No seu formato atual, com longo prazo e valorização da tecnologia desenvolvida no País, a Lei de TICs e o Novo Padis representam um divisor de águas em nossa trajetória rumo à modernização e ao desenvolvimento sustentável, estabelecendo um ecossistema que estimula o investimento, a inovação e a criação de empregos de qualidade", afirmou a presidente executiva da P&D Brasil, Rosilda Prates.

A renovação da Lei de TICs e Padis vai contribuir para a meta estabelecida para 2033, que é transformar digitalmente 90% das empresas industriais brasileiras, assegurando que a participação da produção nacional triplique nos segmentos de novas tecnologias. Segundo Rosilda Prates, a Nova Indústria Brasil dará mais segurança institucional e jurídica, criando um potencial ambiente de negócios estável e previsível. "Este é o tipo de estabilidade que as empresas precisam para prosperar e investir com confiança em um mercado interno forte e um setor tecnológico vibrante", explicou a presidente da P&D Brasil, que é formada por 40 indústrias nacionais e multinacionais que dominam o ciclo de pesquisa, desenvolvimento e inovação dos seus produtos e soluções realizados no Brasil.

> **"A Nova Indústria Brasil dará mais segurança institucional e jurídica, criando um potencial ambiente de negócios estável e previsível"**
> Rosilda Prates

Investimentos - No evento, o governo apresentou ações para o avanço da indústria em setores como internet das coisas, inteligência artificial e Big Data. Foram anunciados R$ 186 bilhões de recursos públicos e privados para a transformação digital da indústria. São R$ 42 bilhões do setor público, que já foram investidos e os demais R$ 58,7 bilhões em planejamento. Da parte do setor privado, os investimentos são de R$ 85,7 bilhões.

Segundo o governo, a Missão 4 tem como desafio fortalecer as cadeias produtivas de semicondutores, robôs industriais e produtos e serviços avançados. Os primeiros investimentos serão direcionados à fabricação de *chips*, fibras óticas e robôs, instalação de *datacenters* e computação em nuvem, otimização de processos industriais, telecomunicação, eletromobilidade, desenvolvimento de softwares e implantação de redes de infraestrutura, entre outras áreas.

EXPANSÃO

Boulevard Shopping amplia *mix* de lojas

Um dos setores que segue em franca expansão no Brasil é o de saúde, beleza e bem-estar. Dados mais recentes divulgados pela Associação Brasileira de Franchising (ABF) apontam que o segmento encerrou o último trimestre de 2023 com aumento de 17,5% no faturamento em relação ao mesmo período do ano anterior. Até 2027, é esperado um crescimento adicional de 57%. Alinhado com as tendências do mercado, o Boulevard Shopping BH, localizado na região Leste da Capital, amplia o seu *mix* com a chegada de duas novas operações: Sense Spa e Laser Rosa.

A entrada das novas lojas reflete o posicionamento do *mall* de proporcionar a melhor experiência para os clientes e ir além de um centro de compras. Voltado para os cuidados com a saúde e bem-estar, o Sense Spa, no piso 2, une tecnologia de ponta com técnicas milenares de massagens para uma experiência sensorial exclusiva, além de produtos e serviços que reduzem dores, tensões e melhoram a circulação. Terapias manuais, reflexologia podal e acupuntura estão entre as técnicas aplicadas no espaço.

No setor de estética, a Laser Rosa vai incrementar a experiência do cliente no Boulevard Shopping BH FOTO: DIVULGAÇÃO / BOULEVARD SHOPPING BH

No setor de estética, a Laser Rosa vai incrementar a experiência do cliente no *shopping*. Com máquinas padrão ouro e referência mundial, ponteira de ultrarresfriamento, e tecnologia Triple Wave, o local se torna um ponto para todos os públicos, pois segundo pesquisa da Allergan, em parceria com a Sociedade Brasileira de Dermatologia, 82,5% dos homens no País desejam realizar algum tipo de procedimento estético. Entre os mais procurados estão a depilação a laser - especialmente barba.

"Essas marcas chegam para expandir a experiência do cliente no *shopping*. O Boulevard possui um qualificado *mix* de lojas, mas vai além sendo um lugar de convivência e experiência, trazendo inovação e estando alinhado com o mercado", comenta a gerente de marketing do Boulevard Shopping, Nadinne Matos.

Voltado para os cuidados com a saúde e bem-estar, o Sense Spa, no piso 2, une tecnologia de ponta com técnicas milenares de massagens FOTO: DIVULGAÇÃO / BOULEVARD SHOPPING BH

Sediada em Uberlândia, Unishop planeja internacionalização

INDÚSTRIA QUÍMICA **Empresa, que já exporta, estuda estruturar o modelo para expansão na América Latina; receita total prevista para 2024 é de R$ 200 milhões**

DANIELA MACIEL

Considerada uma das maiores redes de varejo de produtos de limpeza do Brasil, a Unishop é a autorizada da Start Química. Sediada em Uberlândia (Triângulo Mineiro) e parte do grupo Lima & Pergher, a rede saltou de cinco lojas, em 2019, para 400 pontos autorizados em 2024.

Na receita total movimentada, considerando as vendas do lojista para a ponta do consumidor final, a Unishop ultrapassou R$ 150 milhões no ano passado e mira R$ 200 milhões até o final deste ano. O crescimento acompanha a média de 15% anuais, com previsão de mais de 20% em 2024, na comparação com 2023.

De acordo com o gerente de Expansão da Unishop, Vinícius Meneguin, o sucesso da marca está ligado a um modelo de licenciamento próprio, fugindo do padrão do sistema de *franchising*.

“Há alguns anos foi montada uma loja em Uberlândia para atender as pessoas que iam até a fábrica comprar os produtos. Deu tão certo que percebemos que seria um bom caminho para atender aqueles consumidores que precisam de um atendimento mais consultivo ou que os nossos representantes não conseguiam atender. Não somos uma franquia, mas um modelo de licenciamento de uso da marca. Não cobramos taxa de *royalties* ou mensalidades ou multa para sair do contrato. Acreditamos no produto e, se o lojista vende, a rede como um todo e a indústria também se beneficiam”, explica Meneguin.

Sediada em Uberlândia (Triângulo), a rede saltou de cinco lojas, em 2019, para 400 pontos autorizados em 2024 FOTO: DIVULGAÇÃO / UNISHOP

Acreditamos no produto, afirma Meneguin FOTO: DIVULGAÇÃO / UNISHOP

O investimento médio para abrir uma loja de 50 m² é de aproximadamente R$ 60 mil. Cidades com mais de 30 mil habitantes estão aptas a receber uma unidade Unishop. A marca de produtos de limpeza busca por parceiros com perfil operacional.

“O licenciamento não é uma mágica. Precisamos de parceiros com disposição para ‘gastar sola de sapato’ para prospectar clientes. Damos todo o suporte de *marketing* e treinamento e um técnico fica à disposição para possíveis visitas e treinamentos. E o parceiro compra com a melhor tabela que temos”, pontua.

Os planos da Unishop são fundamentados no bom desempenho do mercado de produtos de limpeza no Brasil. Segundo o Instituto Euromonitor/Nielsen, o setor movimenta mais de R$ 40 bilhões por ano no Brasil e tem crescimento médio anual de 6%. A meta é alcançar 1.000 lojas até 2026. A empresa, que já exporta, também estuda estruturar o modelo para expansão na América Latina.

Para suportar o crescimento de vendas, a Start Química começou a operar uma nova unidade dedicada às linhas de produtos residenciais e até o fim do próximo ano deve inaugurar parte do seu polo cloroquímico.

“Já temos a documentação pronta para expandir tendo como primeiro foco a América do Sul. O Brasil é muito grande, porém, e, por isso, não dedicamos todos os esforços para a internacionalização. Estamos preparados para o aumento da demanda com a entrada em operação da segunda unidade produtiva em Uberlândia, este ano, e também com o polo cloroquímico no fim do ano que vem”, completa o gerente de Expansão da Unishop.

> **“O sucesso da marca está ligado a um modelo de licenciamento próprio, fugindo do padrão do sistema de franchising”**
> Vinícius Meneguin

SAÚDE E BEM-ESTAR

Doutor Hérnia vai inaugurar mais seis clínicas

LEONARDO LEÃO

A rede paranaense Doutor Hérnia planeja expandir suas operações em Minas Gerais. Atualmente, a empresa possui 26 unidades no Estado e abrirá mais seis franquias até o final deste ano. A empresa também pretende lançar mais 18 operações em Minas no primeiro semestre de 2025.

A Doutor Hérnia é uma rede de clínicas especializadas no tratamento não cirúrgico da coluna vertebral e hérnia de disco, com metodologia própria.

O sócio e fundador da marca, Laudelino Risso, ressalta a boa aceitação que a marca tem tido entre os clientes mineiros. “A região Sul de Minas Gerais apresentou uma aceitação interessante”, relata.

Ele também aponta que o mercado de Minas Gerais é uma referência dentro do mercado de saúde. Segundo Risso, o Estado está entre os cinco mercados mais importantes para a empresa e apresenta potencial para estar entre os três com mais operações, ao lado de São Paulo e Paraná.

O empresário reforça o crescimento observado em Minas e aponta que a região tem se apresentado como bastante promissora para a franqueadora. Com o objetivo de manter esse crescimento, ele destaca que a empresa tem trabalhado para oferecer as melhores condições possíveis para os parceiros da marca.

Risso explica que cidades com mais de 50 mil habitantes tendem a oferecer mais condições para o tipo de negócio adotado pela empresa. No entanto, ele pontua que a marca também pode abrir novas unidades em municípios de 35 mil ou 40 mil que possuem alguns distritos em suas proximidades.

No caso de Minas Gerais, as novas operações previstas para o restante deste ano serão inauguradas em:

- Contagem;
- Extrema;
- Pouso Alegre;
- Araxá;
- Formiga;
- Patrocínio.

Além destas, a rede Doutor Hérnia já lançou outras cinco unidades no Estado em 2024. Elas estão localizadas em:

- Belo Horizonte;
- Montes Claros;
- Divinópolis;
- Lavras;
- Araguari.

O sócio e fundador da empresa relata que a rede franqueadora está em busca de investidores dispostos a apostar nesse negócio e que “coloquem a mão na massa”, acompanhando tudo de perto. “Estamos captando parceiros que irão replicar nosso modelo de negócio”, completa.

Investimento e retorno por unidade - De acordo com Risso, para abrir uma operação da rede é necessário um investimento inicial que varia entre R$ 140 mil e R$ 150 mil, incluindo taxa de franquia, no valor de R$ 90 mil.

O faturamento médio também pode variar, ficando entre R$ 35 mil e R$ 45 mil. Já o tempo médio de retorno do investimento está entre seis e nove meses.

A Doutor Hérnia é uma rede especializada no tratamento da coluna FOTO: DIVULGAÇÃO / DOUTOR HÉRNIA

No entanto, o empresário destaca que a empresa possui seis casos de franqueados que obtiveram o retorno de seus investimentos em até 30 dias, sendo que o primeiro ocorreu exatamente em Minas Gerais.

Plano de expansão - O fundador da empresa lembra que a meta no início do ano era de fechar 2024 com 215 operações no Brasil, porém, atualmente, a rede já conta com 210 unidades. Ele acredita que este objetivo deverá ser alcançado ainda neste mês e já ampliou a meta para 230 franquias no País.

Já para o próximo ano, a expectativa é encerrar 2025 com 240 unidades. Além disso, a rede Doutor Hérnia também deu início ao processo de internacionalização da marca, com uma unidade que está prestes a ser lançada nos Estados Unidos. De acordo com Risso, a empresa também deve expandir sua atuação para Portugal, Chile e Equador.

O empresário ainda destaca a contribuição da empresa para a saúde pública. Ele cita um estudo realizado na cidade de Passos, no Sul do Estado, que apontava para uma redução no número de casos envolvendo hérnia de disco e dores na lombar após a abertura de uma unidade da rede na cidade.

“Estamos felizes em colaborar para a saúde pública de Minas Gerais e do restante do território nacional”, finaliza.

CONJUNTURA

Governo federal avalia retorno do horário de verão

ESTIAGEM Medida visa evitar racionamento de energia diante da seca extrema que atinge o País; ampliações do uso de termelétricas e da bandeira na conta de luz já estão valendo

Brasília - O Ministério de Minas e Energia avalia retomar o horário de verão como forma de tentar evitar um racionamento de energia, que está no horizonte em razão da seca extrema que atinge o País.

O horário de verão é uma das alternativas na mesa do governo, que também já ampliou autorizações para o funcionamento de usinas termelétricas a gás. A seca também já causou o aumento da bandeira da conta de luz.

A informação sobre a volta da medida foi publicada pelo Poder 360 e confirmada pela Folha de S.Paulo. No entanto, não há previsão de quando isso seria feito, nem se de fato será.

"Nós estamos em uma fase de avaliação da necessidade ou não do horário de verão. O horário de verão, nós sabemos que apesar da divisão da sociedade com relação a ele, tem outros efeitos que têm que ser analisados pelo governo, além da questão energética, que é a questão da economia. Ele impulsiona fortemente a economia do turismo, a economia dos bares, restaurantes, ele impulsiona a economia cotidiana", afirmou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Segundo ele, a volta do horário de verão pode ajudar a reduzir a demanda de energia ao final da tarde, que é um horário crítico para o sistema elétrico.

Neste período, fontes como a solar e a eólica têm queda na produção, enquanto a demanda aumenta em razão do fim do expediente comercial, da chegada das pessoas em casa e do início da noite, com menos luz natural, argumentou.

"É aquele horário que o cidadão sai do trabalho, vai para casa, liga o ar-condicionado, liga o ventilador, vai tomar banho, vai tomar quase todo mundo que junto, liga a televisão para assistir um jornal, para poder assistir um filme e naquele horário nós temos um grande pico", disse.

Com o horário de verão, o período do dia coberto com luz natural aumenta, o que pode reduzir esta demanda. "Se a gente puder diluir isso no horário de verão, talvez seja um ganho que vá dar a robustez ao sistema", afirmou. **(João Gabriel/Folhapress)**

A volta do horário de verão pode ajudar a reduzir a demanda de energia ao final da tarde FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

> **"Ele (horário de verão) impulsiona fortemente a economia do turismo, a economia dos bares, restaurantes, ele impulsiona a economia cotidiana"**
> Alexandre Silveira

Retomada também foi cogitada na forte seca de 2023

Brasília - O horário de verão foi extinto em abril de 2019, pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O retorno da medida chegou a ser especulado também durante a forte seca de 2023, mas na época foi descartada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Então, técnicos do Ministério de Minas e Energia avaliaram que o nível dos reservatórios hídricos brasileiros estavam altos, mesmo diante da seca, e por isso a medida não seria necessária.

Neste ano, integrantes do governo também afirmam, sob reserva, que a situação dos reservatórios ainda não é tão grave quanto em crises históricas, como a de 2021.

Alegam que as medidas tomadas ao longo de 2024, como de retenção de água nos reservatórios, fez com que hoje o nível da água seja mais que o dobro do registrado durante a crise daquele ano.

Em 2024, o Brasil enfrenta a pior seca de sua história desde que se há registro pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemadem).

Na Amazônia, os rios Madeira e Negro já atingiram alguns dos níveis mais baixos da história, e comunidades já sofrem com isolamento e obstáculos no abastecimento. A própria Manaus, capital do Amazonas, está impactada.

Nesta terça-feira (10), Lula visitou a região Norte e anunciou que irá criar a autoridade climática e o marco legal da emergência climática.

Em razão da seca, o Ministério de Minas e Energia ampliou a autorização para uso de usinar termelétricas, especificamente de Santa Cruz (RJ), Linhares (ES) e Porto Sergipe (SE). **(João Gabriel/Folhapress)**

INDÚSTRIA

Variáveis apresentam desempenho positivo no ano

Brasília - Um dos termômetros da economia do País, a indústria brasileira segue este ano em patamares de crescimento, quando comparada com os números de 2023. É isso que revela a mais recente pesquisa Indicadores Industriais, da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Apesar de nem todos os indicadores terem sido positivos, o quadro geral é de otimismo, avalia o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

"Por mais que algumas das variáveis tenham caído de junho para julho, ao comparar o período de janeiro a julho deste ano com o ano passado, todas as variáveis mostram alta, algumas expressivas, tanto aquelas mais ligadas à atividade, como o faturamento, a utilização da capacidade instalada, como aquelas mais ligadas ao mercado de trabalho, como rendimento ou massa salarial", avalia.

Nos últimos dez meses, todos os resultados de emprego na indústria foram positivos, segundo a CNI FOTO: PEDRO REVILLION / PALÁCIO PIRATINI

Nos últimos dez meses, todos os resultados de emprego na indústria foram positivos, revela a pesquisa. No acumulado dos sete primeiros meses deste ano, frente ao mesmo período do ano passado, o emprego cresceu 1,7%. Mas quando comparado a julho de 2023, o índice apresenta alta de 2,2%.

Alta também no número de horas trabalhadas na produção. "O resultado da passagem de junho para julho merece destaque, horas trabalhadas que mantiveram uma tendência de alta, alguns meses com crescimento, teve um crescimento de 0,9% na passagem de junho para julho, então, nos últimos meses, ele já vem trazendo uma trajetória de alta que se manteve." afirma o gerente.

Com relação ao faturamento, houve estabilidade: 0,1% positiva entre junho e julho. Mas comparado julho passado, o indicador teve forte alta de 15,2%. Esse indicador está em seu maior patamar desde janeiro de 2021.

Massa salarial e rendimento médio - A queda da massa salarial da indústria entre julho e junho foi de 3,6%. Indicador que, desde março deste ano, vem alternando entre altas e quedas significativas. Apesar da queda recente, a soma dos resultados de janeiro a julho deste ano é 3,4% maior que a do mesmo período do ano passado.

Outro indicador que registrou queda em junho foi o do rendimento médio real da indústria de transformação — que caiu 3,7% em relação a junho. Ainda assim, os números seguem positivos na comparação com 2023.

"Os dois índices, tanto massa salarial quanto rendimento médio, vêm mostrando oscilações fortes , especialmente a partir de abril deste ano, mas mesmo temos mostrado o que é de agora, na passagem de junho para julho, ambos os índices, quando se toma a média de janeiro a julho de 2024, se compara com 2023, eles mostram alta, assim como os outros indicadores", diz Azevedo.

Todo mês a pesquisa Indicadores Industriais identifica a evolução de curto prazo da atividade industrial e é importante para indicar o comportamento da atividade industrial por meio de variáveis como faturamento, emprego, remuneração e utilização da capacidade. **(Ag Brasil 61)**

Abertura de empresas em Minas cresce 4,37% em agosto

FORMALIZAÇÃO Jucemg registrou 8.189 constituições no mês passado, uma média de 276 novos empreendimentos por dia no Estado

IRIS AGUIAR *

Minas Gerais encerrou agosto com a abertura de 8.547 empresas, um aumento de 4,37% em comparação ao mesmo período de 2023, quando foram registradas 8.189 constituições empresariais. Isso representa uma média de 276 novos negócios por dia no Estado.

No acumulado do ano, já são 65.923 novos empreendimentos registrados, um crescimento de 12,01% em relação aos primeiros oito meses do ano anterior, que contabilizou 58.856 novas empresas.

Os números foram divulgados no relatório de registros mercantis da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg), autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede), responsável por monitorar as movimentações empresariais no Estado.

Vale destacar que os dados da Jucemg não incluem os microempreendedores individuais (MEIs), cujas inscrições são feitas diretamente no Portal do Empreendedor, sem passar pelas juntas comerciais estaduais.

O secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Fernando Passalio, destaca as iniciativas do governo para desburocratizar e simplificar o ambiente de negócios. Segundo ele, o programa "Minas Livre Para Crescer", implantado nos últimos seis anos, tem sido fundamental para reduzir o tempo de abertura de empresas.

A criação de empresas em MInas Gerais foi puxada pelo setor de serviços, com crescimento de 7,61% em relação a agosto do ano passado FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Atualmente, mais de 460 municípios mineiros já adotaram a legislação de Liberdade Econômica, garantindo maior segurança jurídica e menos burocracia para os empreendedores.

A presidente da Jucemg, Patricia Vinte Di Iório, reforça a relação entre o crescimento no número de empresas e os indicadores de avanço econômico. "O aumento nas formalizações empresariais reflete os progressos que estamos observando na economia mineira, como a atração de investimentos, a geração de empregos e o crescimento expressivo do PIB estadual", afirma.

O setor de serviços foi o destaque de agosto, com uma alta de 7,61% na abertura de novas empresas, em comparação ao mesmo mês de 2023. Por outro lado, a indústria apresentou uma queda de 1,24%, enquanto o comércio registrou um recuo de 4,32%.

Apesar disso, no acumulado do ano, todos os setores apresentaram crescimento: serviços (14,11%), indústria (9,53%) e comércio (6,16%).

> **"O aumento nas formalizações empresariais reflete os progressos que estamos observando na economia mineira, como a atração de investimentos"**
>
> Patrícia Vinte Di Iório

Região Noroeste - Entre as regiões que mais se destacaram na abertura de empresas em agosto, a região Noroeste de Minas liderou com um aumento de 17,81% em relação ao ano passado, seguido pelo Norte de Minas (15,61%) e Vale do Rio Doce (10,85%).

No acumulado de 2024, o Noroeste segue na frente com um crescimento de 16,20%, acompanhada pelo Sul de Minas (13,49%) e pela região Central (12,44%).

Já Belo Horizonte segue como a cidade mineira que mais abre empresas. Em agosto, a capital registrou 2.274 novos negócios, um crescimento de 7,98% em relação ao mesmo mês do ano passado. No acumulado de 2024, já são 17.694 novos empreendimentos, o que representa uma alta de 17,32% em comparação ao mesmo período de 2023.

Outras cidades que se destacaram foram Uberlândia, com 490 novas empresas em agosto e 3.964 no acumulado do ano, Contagem (293 e 2.185, respectivamente), Juiz de Fora (262 e 1.815) e Montes Claros (199 e 1.452).

O mês também registrou aumento no número de empresas fechadas, com 4.964 encerramentos, uma alta de 12,77% em relação ao mesmo mês do ano passado, quando 4.402 empresas encerraram suas atividades. No acumulado do ano, 41.118 empresas fecharam as portas em Minas Gerais. **(* Estagiária sob supervisão da edição/com informações da Agência Minas)**

FRAUDE

Americanas ofereceu incentivo para delação premiada

São Paulo - Quando os ex-executivos da Americanas Marcelo Nunes e Flavia Carneiro decidiram fazer delação premiada no caso do escândalo da varejista que estourou no ano passado, a companhia lhes ofereceu o Programa de Incentivo à Colaboração, o chamado PIC, um tipo de acordo que ficou mais conhecido no Brasil a partir da Lava Jato.

A iniciativa da empresa deve começar a ser questionada pela defesa de ex-diretores investigados, com pedidos para a publicação de detalhes do acordo.

A informação sobre a existência do PIC com Nunes e Carneiro não foi divulgada ao mercado. Procurada pela reportagem, a Americanas não revela os termos, se envolveu valores em dinheiro ou outro tipo de benefício nem a quantia. O advogado dos delatores, Davi Tangerino, também não comenta o assunto.

Celso Vilardi, advogado do conselho de administração e também da empresa, diz que a Americanas fez o PIC após receber o contato do advogado de Nunes e Carneiro, "com a premissa que os colaboradores deveriam buscar as autoridades (Ministério Público Federal e Comissão de Valores Mobiliários) esclarecendo toda a verdade, independentemente dos envolvidos".

Em nota, ele afirma que a decisão foi tomada com base em casos aprovados por outras empresas de grande porte no passado. Segundo Vilardi, a medida também foi tomada porque era necessário reconstituir o balanço da companhia, sem o qual a sobrevivência da rede poderia estar em risco.

"O fato não foi divulgado porque, nos termos da lei, qualquer colaboração deve permanecer sigilosa até determinação em contrário do MPF e o nome dos possíveis colaboradores não poderia ser revelado, sendo certo que as delações só foram conhecidas por ocasião da operação efetivada pela Polícia Federal", explica Vilard.

"Os colaboradores entregaram à companhia planilhas com os números relativos ao risco sacado e o VPC (verba de propaganda cooperada) falso, o que foi fundamental para refazer as demonstrações financeiras", relata.

Questionamentos - Especialistas ouvidos pela reportagem afirmam que a indenização de delatores por empresas é uma prática aceita no País. Eles não comentam o caso específico da Americanas, mas apontam que, em linhas gerais, a iniciativa costuma gerar questionamentos.

Esse tipo de expediente foi adotado por empresas como a CCR em 2019, cujo programa de incentivo aprovou pagamentos mensais por cinco anos em indenizações para 15 ex-funcionários delatores, em um total de R$ 71 milhões, sem contar despesas com multas e advogados.

No caso da Odebrecht, que se comprometeu a pagar remuneração mensal indenizatória de R$ 15 mil a R$ 134 mil a ex-executivos, a defesa de Lula questionou a credibilidade das declarações.

O tema do pagamento de delatores por empresas chegou a ser levado a discussão em um órgão da Procuradoria-Geral da República na época. Segundo o MPF, "a 5ª Câmara de Combate à Corrupção informa que não existe nenhum normativo sobre o tema".

Para Vinicius Vasconcellos, professor de processo penal da Universidade de São Paulo (USP) e advogado, autor de livros sobre acordos na justiça criminal, a questão ainda não foi debatida com atenção no Brasil.

"Em visão geral, não há ilegalidade no fato de as empresas pagarem seus funcionários ou fazerem acordos com eles, por exemplo, em casos de rescisão, demissão etc. Contudo, se forem colaboradores, pode haver certa desconfiança quanto a possíveis conflitos de interesses, pois o funcionário, além de receber benefícios do estado ao firmar acordo de colaboração premiada, também receberá da empresa, para manter uma versão provavelmente favorável à empresa", afirma.

"Isso pode ser questionado, de certo modo, por outros réus, delatados, e o Judiciário deverá ter cuidado maior ao valorar declarações desses colaboradores", pondera. **(Joana Cunha/Folhapress)**

Colaborador precisa receber compensação, diz advogado

São Paulo - O advogado Edward Carvalho, sócio do escritório Miranda Coutinho, Carvalho & Advogados e conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – seção Paraná (OAB-PR), afirma que a ideia do Programa de Incentivo à Colaboração (PIC) e da remuneração nele prevista é compensar o colaborador pelos impactos que ele sofrerá em sua carreira, já que terá dificuldade em se recolocar no mercado de trabalho, diante das regras de compliance.

"Para a empresa, pesa-se o custo-benefício de tal remuneração, porque com a conduta do colaborador, ela poderá seguir adiante e, de certa forma, fazer isso valer a pena aos acionistas, que verão os danos de uma investigação ou processo limitados, além de, eventualmente, buscar ressarcimentos por eventuais condutas de terceiros", diz.

Frederico Horta, sócio do escritório Pacelli & Horta e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ressalta a necessidade de transparência no procedimento. Para ele, é fundamental que a informação de que essa colaboração foi feita mediante remuneração seja levada às autoridades. Segundo ele, o pagamento não compromete a validade do testemunho, mas é importante que o juiz tenha ciência disso para a formação de sua convicção, assim como os delatados, para a ampla defesa.

"Não digo que seja necessária a transparência plena a todos. Deve haver certa restrição desses planos, a bem das investigações e das próprias testemunhas, que muitas vezes têm cláusulas de proteção. Mas observadas tais restrições, essas cláusulas têm de estar à disposição dos investigadores públicos e do juiz, seja no inquérito ou no procedimento investigativo, na fase pré-processual, seja no processo. Seja o MP, a Polícia, o juiz, o acusado, precisam ter acesso. É fundamental nesses incentivos, sob pena de se discutir a legitimidade da prova", diz Horta.

Para Aurélio Valporto, da Associação Brasileira de Investidores (Abradin), a publicação dos termos em que o acordo foi fechado deveria ser obrigatória, já que o ato tem potencial de influenciar negociações com os papéis da empresa. **(Joana Cunha/Folhapress)**

FINANÇAS

CURTAS

Dividendos da Direcional

O conselho de administração da Direcional aprovou ontem a distribuição de dividendos intermediários, equivalente à quantia de R$ 0,46 por ação, totalizando cerca de R$ 79,7 milhões. O montante considera a posição de 173.260.455 ações, não incluídas aquelas em tesouraria. Esses dividendos serão pagos aos acionistas com base na posição acionária de 17 de setembro, em até 120 dias contados da data ex-dividendos (a partir de 18 de setembro). Segundo a Reuters, a aprovação dos dividendos extraordinários ocorreu após "resultado positivo" em operações com contratos derivativos referenciados em ações da companhia (*equity swap*), que a Direcional disse no fato relevante ter liquidado integralmente. Tais contratos foram assinados no âmbito do programa de recompra de ações da companhia aprovado pelo conselho de administração em 27 de dezembro de 2021, e posteriormente renovados em 11 de abril de 2023.

Venda da Divisão de corretagem da Dasa

A Diagnósticos da América está em negociações avançadas referentes à potencial venda de sua atividade de corretagem e consultoria de seguros Dasa Empresas, por um montante entre R$ 195 milhões e R$ 245 milhões, segundo comunicado ao mercado da companhia. A negociação contempla pagamento à vista, parcelamento e potencial *earn-out*, sem que haja qualquer acordo vinculante, decisão da companhia, ou mesmo aceitação de termos de uma proposta pela Dasa, "de modo que não é possível confirmar um valor exato nesse momento", acrescentou. Conforme a Reuters, a empresa afirmou que a operação ocorre em um contexto no qual a Dasa vem implementando um conjunto de iniciativas operacionais e estratégicas voltadas à redução da alavancagem, ao estabelecimento de uma sólida posição financeira e à maior capacidade de investimento na companhia.

Fusões e aquisições de educação

O Brasil registrou oito fusões e aquisições de empresas de educação no segundo trimestre de 2024, uma expansão de 400% na comparação com o segundo trimestre de 2023, quando 2 transações desse tipo foram realizadas, evidenciando um cenário de alta setorial. Das oito transações, sete foram domésticas e uma1 do tipo CB2, quando brasileiros adquirem de estrangeiros empresa estabelecida no exterior. Os dados constam na tradicional pesquisa da KPMG, realizada com empresas de 43 setores da economia brasileira.

Assessoria de investimentos

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é responsável por regular e fiscalizar o mercado de capitais no Brasil, garantindo que as operações financeiras sejam transparentes e seguras. Nesse contexto, a Resolução CVM 179 exige maior clareza na divulgação dos custos dos serviços de assessoria de investimentos e representa um avanço significativo na proteção e educação dos investidores. Inicialmente, as exigências da Resolução CVM 179 deveriam entrar em vigor em 2 de janeiro, mas foram adiadas para 1º de novembro. Esse atraso foi anunciado pela própria CVM em resposta a pedidos de associações do mercado. A comissão solicitou mais tempo para adaptar os sistemas e processos dos intermediários financeiros, explica Mauro Cervellini, especialista em finanças e sócio da MZM Wealth.

Consignado do INSS terá nova regra em 2025

CRÉDITO A partir de 2 de janeiro, o cidadão poderá contratar empréstimo na instituição financeira assim que passar a receber aposentadoria ou pensão

São Paulo - Aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) terão nova regra para contratar crédito consignado em 2025. A partir de 2 de janeiro, os benefícios deixam de ficar bloqueados para empréstimo no banco em que o segurado recebe a renda previdenciária e o cidadão pode contratar empréstimo assim que passar a receber a aposentadoria ou pensão.

Nas demais instituições financeiras, o benefício fica bloqueado por até 90 dias. O desbloqueio é feito pelo segurado pela Central Telefônica 135 ou pelo aplicativo ou *site* Meu INSS. A medida desagradou correspondentes bancários, que dizem haver prejuízo para mais de 400 mil profissionais.

O crédito consignado é um empréstimo com desconto direto no benefício. Os juros e as demais regras são controlados pelo Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS)

Publicada em 30 de agosto, a instrução normativa 172 altera normativa de 2022, que determinava o bloqueio das contas de aposentados, pensionistas e demais beneficiários do INSS para contratação de crédito consignado. A restrição de 90 dias, no entanto, passou a valer em 2019.

O cidadão que se aposenta não tem como fazer a contratação de um empréstimo, desde que, para isso, peça desbloqueio. Antes, o benefício concedido não tinha travas e eram comuns relatos de assédio bancário ou empréstimos feitos sem autorização.

Segundo o INSS, a medida tem como objetivo diminuir o assédio a aposentados. Em nota, o instituto afirma que a regra atingirá apenas novos beneficiários. Os demais seguem com a norma em vigor atualmente. "A partir do momento que o INSS bloqueia o benefício e restringe ao banco pagador, o assédio sobre aposentados de demais instituições financeiras tende a cair", diz.

O assédio a aposentados é algo comum, conhecido de quem passa a receber um benefício da Previdência Social. Em geral, o segurado fica sabendo da concessão de seu benefício ao ser procurado por algum banco ou financeira que lhe oferece um empréstimo.

"Com a entrada em vigor da nova instrução normativa, os novos aposentados e pensionistas só poderão pedir empréstimo, nos 90 dias iniciais, onde recebe da Previdência"

Livre concorrência - Correspondentes bancários são contra a medida. Para a Associação Brasileira de Correspondentes Bancários (Abcorban), a regra acaba com o princípio da livre concorrência e é prejudicial para 400 mil correspondentes bancários.

"Com a entrada em vigor na nova instrução normativa, os novos aposentados e pensionistas só poderão pedir empréstimo, nos 90 dias iniciais, onde recebe da Previdência. A portabilidade de bancos só poderá ocorrer após este período", diz a associação.

O presidente da Abcorban, Tiago Mauschi, ressalta que a norma privilegia quem ganha o pregão da previdência para administrar a folha de pagamento e diz que levará o caso ao Ministério da Previdência e à Comissão de Comissão de Direitos do Consumidor da Câmara dos Deputados. "Essa medida acaba com a livre concorrência do mercado e é inconstitucional", afirma. **(Cristiane Gercina/Folhapress)**

O INSS pretende reduzir o assédio aos aposentados com mudança na concessão do empréstimo consignado FOTO: MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL

Seis bancos dividem a folha de pagamento da Previdência

São Paulo - Atualmente, seis bancos detêm os direitos sobre a folha de pagamento da Previdência. Santander, Mercantil do Brasil, Itaú, Agibank, BMG e Crefisa ganharam o leilão do órgão em 2019 e passaram a administrar os benefícios de 2020 a 2024. O contrato acaba neste ano e novo leilão deverá ser aberto.

A coordenadora do departamento jurídico do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), Tonia Galetti, afirma que, do ponto de vista do direito econômico, a restrição é uma reserva de mercado, por favorecer bancos que têm direito sobre a folha de pagamento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Para ela, a medida restritiva tinha de passar pelo Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), que regulamenta o crédito. Tonia faz parte do conselho e diz que pautará o assunto na próxima reunião.

A advogada é a favor de controle, desde que não beneficie agentes financeiros e que possa prejudicar o segurado. "Quando você olha para empréstimo consignado e cartão de crédito consignado, essas medidas, em geral, incluindo o bloqueio, foram muito importantes para diminuir o assédio contra o aposentado, a coisa melhorou, a gente ouve menos reclamações", diz.

A Cooperativa de Crédito do Sindnapi (Coopernapi) vê a decisão como uma forma de reduzir o assédio de grandes instituições a recém-aposentados e afirma que elas não afetarão a cooperativa.

"Sempre prezamos por atender os aposentados que buscam o empréstimo consignado sem qualquer pressão. E ainda buscamos oferecer as menores taxas como atrativo, sem fazer ofertas agressivas, como outras instituições bancárias fazem", garante a presidente da Coopernapi, Liliane Beil.

Em nota, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirma que o INSS tem autonomia para tomar decisões relativas ao consignado e que "a maioria dos associados da Febraban possui os pré-requisitos necessários para ser instituição financeira pagadora de benefício".

O consignado é um empréstimo feito por aposentados e pensionistas do INSS com desconto direto no benefício. É possível comprometer até 45% da renda mensal — 35% com o empréstimo pessoal, 5% com o cartão de crédito e 5% com o cartão de benefício — e pagar as parcelas em até 84 meses (sete anos). **(Cristiane Gercina/Folhapress)**

Ibovespa encerra sessão com valorização de 0,27%

MERCADO Alta no pregão é impulsionada pela ações da Vale, que avançaram cerca de 3% depois de a companhia elevar sua estimativa de produção de minério de ferro

São Paulo - O Ibovespa fechou ontem em alta, com as ações da Vale avançando cerca de 3% após a mineradora aumentar sua estimativa de produção de minério de ferro, enquanto IRB (RE) caiu quase 5% após "*downgrade*" de analistas do JPMorgan.

Investidores também repercutiram dados de inflação dos Estados Unidos, que corroboraram apostas de que Federal Reserve cortará em 0,25 ponto percentual a taxa de juros da maior economia do mundo na próxima semana.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa subiu 0,27%, a 134.676,75 pontos, tendo marcado 135.087,32 pontos na máxima e 133.756,97 pontos na mínima do dia. O volume financeiro do pregão somou R$ 18,8 bilhões.

Nos EUA, o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) aumentou 0,2% no mês passado, avançando 2,5% em 12 meses , menor elevação anual desde fevereiro de 2021. Economistas previam altas de 0,2% no mês e 2,6% na base anual.

Excluindo os componentes voláteis de alimentos e energia, o CPI subiu 0,3% em agosto, após elevação de 0,2% em julho. Nos 12 meses até agosto, o núcleo aumentou 3,2%, mesma taxa de julho.

Na visão de economistas do Bradesco, tirando a parte de habitação, o CPI mostrou uma desinflação disseminada. "Para a próxima decisão do Fed, contudo, a surpresa nos aluguéis imputados deve reduzir o debate sobre o ritmo do primeiro corte de juros, fazendo com que o banco central inicie o ciclo com uma redução de 0,25 ponto percentual.Acreditamos, contudo, que ainda há espaço para aceleração dos cortes mais à frente", afirmaram.

Em Wall Street, o S&P 500, uma das referências do mercado acionário norte-americano, fechou em alta de 1,07%, enquanto o rendimento do título de dez anos do Tesouro dos EUA marcava 3,6591% no final do dia, de 3,644% na véspera.

Dólar - Em uma sessão marcada pela volatilidade, o dólar à vista fechou ontem perto da estabilidade ante o real, com as cotações reagindo por um lado aos dados de inflação dos EUA e por outro ao avanço das *commodities* no mercado internacional. O dólar à vista encerrou o dia em leve baixa de 0,10%, cotado a R$ 5,6498. Em setembro, a divisa acumula alta de 0,24%.

O dólar ganhou força ante outras divisas no exterior, em meio à leitura de que aumentaram as chances de corte de apenas 25 pontos-base dos juros pelo Federal Reserve na próxima semana, e não de 50 pontos-base.

No Brasil, a moeda norte-americana chegou a atingir a cotação mínima do dia já após os dados do CPI, em movimento amparado pelo avanço firme de commodities como minério de ferro e petróleo - dois produtos importantes da pauta exportadora brasileira. Além disso, o forte avanço do dólar ante o real na véspera, de mais de 1%, deixava margem para algum ajuste técnico.

Com um volume financeiro de R$ 18,8 bilhões, o Ibovespa fechou o dia acima de 134 mil pontos FOTO: AMANDA PEROBELLI / REUTERS

"O CPI ratificou que o Fed vai cortar os juros em 25 pontos-base na reunião da próxima semana, o que valorizou um pouco o dólar. Mas isso já estava de certo modo no preço", comentou o diretor da Correparti Corretora, Jefferson Rugik. "Com as *commodities* em alta, o dólar voltou a cair ante o real", acrescentou. **(Reuters)**

> **"A surpresa nos aluguéis imputados deve reduzir o debate sobre o ritmo do primeiro corte de juros, fazendo com que o banco central inicie o ciclo com uma redução de 0,25 ponto percentual"**

Indicadores Econômicos

Dólar

		11/09/2024	10/09/2024	09/09/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,6470	R$ 5,6550	R$ 5,5810
	VENDA	R$ 5,6480	R$ 5,6550	R$ 5,5820
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,6381	R$ 5,6248	R$ 5,6091
	VENDA	R$ 5,6387	R$ 5,6254	R$ 5,6097
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,6820	R$ 5,6950	R$ 5,6260
	VENDA	R$ 5,8620	R$ 5,8750	R$ 5,8060

Fonte: BC

Inflação

Índices	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	0,61%	-	1,71%	3,82%
IPC-Fipe	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	0,06%	-	1,93%	3,17%
IGP-DI (FGV)	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	0,83%	-	1,95%	4,16%
INPC-IBGE	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	0,26%	-	2,95%	4,06%
IPCA-IBGE	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	0,38%	-	2,87%	4,50%
IPCA-IPEAD	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	0,55%	-	5,64%	7,80%

TR/Poupança

05/08 a 05/09	0,0742	0,5746
06/08 a 06/09	0,0742	0,5746
07/08 a 07/09	0,0743	0,5747
08/08 a 08/09	0,0706	0,5710
09/08 a 09/09	0,0671	0,5674
10/08 a 10/09	0,0670	0,5673
11/08 a 11/09	0,0707	0,5711
12/08 a 12/09	0,0744	0,5748
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675
24/08 a 24/09	0,0672	0,5675
25/08 a 25/09	0,0709	0,5713
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767
28/08 a 28/09	0,0770	0,5774
01/09 a 01/10	0,0675	0,5678
02/09 a 02/10	0,0714	0,5718
03/09 a 03/10	0,0718	0,5722
04/09 a 04/10	0,0718	0,5722
05/09 a 05/10	0,0718	0,5722
06/09 a 06/10	0,0682	0,5685
07/09 a 07/10	0,0645	0,5648
08/09 a 08/10	0,0684	0,5687
09/09 a 09/10	0,0722	0,5726
10/09 a 10/10	0,0724	0,5728

Ouro

	11/09/2024	10/09/2024	09/09/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.511,43	US$ 2.516,51	US$ 2.505,38
BM&F-SP (g)	R$ 450,89	R$ 451,95	R$ 451,95

Fonte: Gold Price

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24	0,08	0,25
UPC (R$)	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08	24,44	24,44
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67	6,91	6,91

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50
Julho	0,91	10,50
Agosto	0,87	10,50

Reservas Internacionais

09/09.. US$ 369.339 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:

a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).

b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.

c) Contribuição previdenciária.

d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.

Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,8047	0,82
COLON/COSTA RICA	35	0,3578	0,3601
COLON/EL SALVADOR	40	0,01076	0,01089
COROA DINAMARQUESA	55	0,831	0,8312
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04067	0,04077
COROA NORUEGUESA	65	0,5182	0,5184
COROA SUECA	70	0,5415	0,5416
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,5313	1,5316
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,7411	3,742
DOLAR/BAHAMAS	155	5,6248	5,6254
DOLAR CANADENSE	165	4,1335	4,1342
DOLAR DA GUIANA	170	0,02673	0,02705
DOLAR CAYMAN	190	6,7363	6,8187
DOLAR CINGAPURA	195	4,3092	4,3123
DOLAR HONG KONG	205	0,7214	0,7215
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,824	0,8363
DOLAR DOS EUA	220	5,6248	5,6254
FORINT/HUNGRIA	345	0,01562	0,01563
FRANCO SUICO	425	6,6487	6,6502
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007278	0,0007282
IENE	470	0,03953	0,03954
LIBRA/EGITO	535	0,1162	0,1165
LIBRA ESTERLINA	540	7,3482	7,3496
LIBRA/LIBANO	560	0,0000628	0,0000629
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004326	0,0004327
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1747	0,1749
NOVO SOL/PERU	660	1,4718	1,4738
PESO ARGENTINO	665	0,06696	0,06701
PESO CHILE	715	0,005914	0,00592
PESO/COLOMBIA	720	0,00131	0,001311
PESO/CUBA	725	0,2344	0,2344
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09379	0,0944
PESO/FILIPINAS	735	0,09979	0,09984
PESO/MEXICO	741	0,28	0,2801
PESO/URUGUAIO	745	0,1392	0,1393
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7267	0,7287
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002671	0,002687
RENMINBI HONG KONG	796	0,7887	0,789
RIAL/CATAR	800	1,5427	1,5437
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4991	1,4993
RINGGIT/MALASIA	828	1,2945	1,2962
RUBLO/RUSSIA	830	0,06157	0,06158
RUPIA/INDIA	860	0,06696	0,06701
WON COREIA SUL	930	0,004186	0,004187
EURO	978	6,2008	6,2026

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;

**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Maio/2024	Julho/2024	0,002832	0,005234
Junho/2024	Agosto/2024	0,003207	0,005610

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

29/08	0,01366019	3,04897093
30/08	0,01366062	3,04906731
31/08	0,01366106	3,04916471
01/09	0,01367115	3,05141767
02/09	0,01367115	3,05141767
03/09	0,01367158	3,05151470
04/09	0,01367202	3,05161246
05/09	0,01367246	3,05171087
06/09	0,01367290	3,05180928
07/09	0,01367334	3,05190677
08/09	0,01367334	3,05190677
09/09	0,01367334	3,05190677
10/09	0,01367378	3,05200411
11/09	0,01367422	3,05210215
12/09	0,01367466	3,05220085

Fonte: Fenaseg

TBF

05/09 a 05/10	0,8193
06/09 a 06/10	0,7829
07/09 a 07/10	0,7460
08/09 a 08/10	0,7846
09/09 a 09/10	0,8231
10/09 a 10/10	0,8245

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Julho	1,0450
IGP-DI (FGV)	
Julho	1,0416
IGP-M (FGV)	
Julho	1,0382

Agenda Federal

sage

Dia 13

Scanc/Tributação monofásica - Refinaria de petróleo ou suas bases, CPQ, UPGN e Formulador de Combustíveis:
a) entrega das informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc).
b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica.
Internet. Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1º, V, "a"; Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º; Ato Cotepe ICMS
nº 174/2023.

EFD - Contribuições - Entrega da EFD-Contribuições relativa aos fatos geradores ocorridos no mês de julho/2024 (Instrução Normativa RFB nº 1.252/2012, art. 7º). Internet

IOF: Pagamento do IOF apurado no 1º decêndio de setembro/2024:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
Darf Comum (2 vias)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 1º a 10.09.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei
nº 11.196/2005):
a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização;
b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e
c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos. Darf Comum (2 vias)

Cide - Pagamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico cujos fatos geradores ocorreram no mês de agosto/2024 (art. 2º, § 5º, da Lei nº 10.168/2000; art. 6º da Lei nº 10.336/2001):
- Incidente sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas a residentes ou domiciliados no exterior, a título de royalties ou remuneração previstos nos respectivos contratos relativos a fornecimento de tecnologia, prestação de serviços de assistência técnica, cessão e licença de uso de marcas e cessão e licença de exploração de patentes - Cód. Darf 8741.
- Incidente na comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível (Cide-Combustíveis) - Cód. Darf 9331.
Darf Comum (2 vias)

Cofins/PIS- Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005), no período de 16 a 31.08.2024.
Darf Comum (2 vias)

Dia 16

DCTFWeb - Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), relativa ao mês de agosto/2024.
Quando o dia 15 recair em dia não útil para fins fiscais, a entrega da DCTFWeb pode ser prorrogada para o primeiro dia útil subsequente.
(Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021, art. 10, caput e § 1º). Internet

EFD-Reinf - Entrega da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), relativa ao mês de agosto/2024.
Quando o dia 15 recair em dia não útil para fins fiscais, a transmissão da EFD-Reinf pode ser prorrogada para o primeiro dia útil subsequente.
(Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, art. 6º)
Nota: As entidades promotoras de espetáculos desportivos com equipes de futebol profissional (Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, art. 3º, V) devem transmitir a EFD-Reinf com as informações do evento até 2 dias úteis após a sua realização.
Internet

VARIEDADES

“Mergulhe nesta ideia” visa restaurar painel de Portinari

O painel Peixes, do Mestre Portinari FOTO: DIVULGAÇÃO / TULIO BARROS FOTOGRAFIAS

O presidente do PIC, Antonio Eustáquio da Rocha Soares, foi o anfitrião do concorrido almoço realizado no Restaurante Abbraccio do PIC Cidade, que reuniu ex-presidentes e vice-presidentes do clube, diretoria da APPA, a nata da imprensa mineira, parceiros e empresários, no último dia 10. O objetivo do encontro foi lançar oficialmente a campanha “Mergulhe nesta ideia – Vamos juntos restaurar o painel Peixes de Candido Portinari”.

O painel de azulejos intitulado “Peixes”, de autoria do renomado artista Candido Portinari, foi inaugurado juntamente com a sede há 63 anos. A obra, uma das dez do gênero existentes no Brasil, tem a dimensão total de 2,90m x 6,50m, é formada por 817 azulejos, sendo que cada azulejo mede 15cm X 15cm e foi executada pela empresa Vitrais Conrado Sorgenicht S.A., de São Paulo. Numa representação abstrata, mostra peixinhos figurativos e expressivos e revela ainda o movimento das águas e dos recifes.

Passadas mais de seis décadas desde a sua criação, o painel artístico apresenta processos naturais de desgaste devido à ação do tempo e combinações de fatores como variação de umidade, percolações de águas pluviais e incidência solar. E para preservar esta obra tão importante para o cenário mineiro, nacional e internacional, a diretoria atual elaborou, em 2023, o projeto de Lei de Incentivo à Cultura, em parceria com Associação Pró-Cultura e Promoção das Artes (APPA), que foi aprovado este ano, tendo como objetivo restaurar o Painel “Peixes”.

Em seu discurso, o presidente do PIC agradeceu a presença de todos, falou da importância do projeto e da preocupação do clube em preservar uma obra de tamanha relevância. Falou ainda que espera envolver os sócios neste projeto e deseja contar com a participação dos empresários, que estarão associando a sua marca a um projeto cultural de grande alcance. Por fim, disse que segue contando com o apoio da imprensa na divulgação desta campanha.

O diretor financeiro da APPA, Guilherme Domingos, disse que a elaboração do projeto de restauração do painel de azulejos “Peixes” alinhou-se perfeitamente ao propósito da associação, organização sem fins lucrativos especializada na gestão de projetos, que busca viabilizar, promover e difundir a cultura e o patrimônio. “O painel, que faz parte do Pampulha Iate Clube, está localizado em um imóvel tombado pelo município, dentro do importante conjunto urbanístico e arquitetônico da Orla da Pampulha. Agora, com o lançamento da campanha “Mergulhe nesta ideia”, acreditamos que conseguiremos viabilizar a restauração desta importante obra de arte. Vamos juntos!”, concluiu.

O diretor financeiro da APPA, Guilherme Domingos, e o presidente do PIC, Antonio Eustáquio da Rocha Soares FOTO: DIVULGAÇÃO / TULIO BARROS FOTOGRAFIAS

O presidente Antonio Eustáquio durante seu discurso de lançamento da Campanha “Mergulhe nesta ideia – Vamos juntos restaurar o painel Peixes” de Candido Portinari FOTO: DIVULGAÇÃO / TULIO BARROS FOTOGRAFIAS

A partir de agora, o clube e a APPA entram na etapa de captação de recursos. Vale informar que qualquer pessoa que tiver interesse em abater a sua doação para a cultura no Imposto de Renda poderá fazê-lo, uma vez que a Lei Rouanet possibilita o abatimento de doações e patrocínios diretamente do Imposto de Renda (IR) devido, até 4% para as empresas (pessoas jurídicas) e 6% para as pessoas físicas.

Então, “Mergulhe nesta ideia” – Vamos juntos restaurar o Painel “Peixes”, do mestre Portinari.

> **“O painel, que faz parte do PIC, está localizado em um imóvel tombado pelo município, dentro do importante conjunto urbanístico e arquitetônico da Orla da Pampulha”**
>
> Guilherme Domingos

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067

FOTO: DIVULGAÇÃO / GAROTAS DE BOLHAS

2ª edição Primavera na Praça

Neste domingo (15), acontece a 2ª edição do evento Primavera na Praça, festival que oferece cultura, lazer e esporte para o público, na Praça Bagatelle, em frente ao Aeroporto da Pampulha. Enquanto os atletas da tradicional Corrida da Araujo correm na pista do aeroporto, o público terá acesso a uma série de apresentações culturais, garantindo entretenimento para todas as idades. A programação é gratuita e terá tradução em libras e audiodescrição. Entre as atrações, estão a Fanfarra Fantasia FM que convida o público a dançar ao som de hits nacionais e internacionais que vão dos anos 1970 a 2010, o grupo “Trem dos Onze” com o seu repertório que passa pelo samba e o pagode, e a bateria da Bartucada tocando todos os gêneros musicais executados em ritmo de samba, axé e bateria. Haverá também espaço kids onde as crianças poderão se divertir com a contação de histórias, oficina de bolhas de sabão gigantes e intervenções circenses.

Quik Cia de Dança

Neste mês de setembro e em outubro, quem passar por parques e praças da capital mineira pode se surpreender com o movimento dos performers/bailarinos de “O Sopro do Outro” - novo trabalho da Quik. Cia de Dança. Com direção de Marcelo Castro (Ex-Espanca!), o evento estreia neste sábado (14), às 16h, na Praça JK, no Sion. Criada em 2000 pelos bailarinos Letícia Carneiro e Rodrigo Quik, totalizando 11 espetáculos no repertório, a companhia se envereda, dessa vez, pela performance que vai cicular por oito espaços de BH, entre parques, praças e centros culturais. Para saber outras informações sobre a programação até o dia 6 de outrubro é só acessar o seguinte perfil no Instagram *@quikciadedança*. O patrocínio é do Instituto Unimed BH.

FOTO: DIVULGAÇÃO / ILANA LANSKY